



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GRAZIELLI SANTOS VASCONCELOS

**UMA PESQUISA DESCRITIVA SOBRE O REGISTRO E ESCRITURAÇÃO DAS
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB NA
PERSPECTIVA DO CONTROLE FINANCEIRO**

ORIENTADOR: MS. ISMAEL GOMES BARRETO

MONTEIRO - PB

2014

GRAZIELLI SANTOS VASCONCELOS

**UMA PESQUISA DESCRITIVA SOBRE O REGISTRO E ESCRITURAÇÃO DAS
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB NA
PERSPECTIVA DO CONTROLE FINANCEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Academia do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI, Poeta Pinto do Monteiro para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Ms. Ismael Gomes Barreto

MONTEIRO - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

V329p Vasconcelos, Grazieli Santos.

Uma pesquisa descritiva sobre o registro e escrituração das entidades do terceiro setor do município de Monteiro-PB na perspectiva do controle financeiro [manuscrito] : / Grazieli Santos Vasconcelos. - 2014.

67 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2014.

"Orientação: Prof. Me. Ismael Gomes Barreto, Departamento de Ciências Contábeis".

1. Terceiro setor. 2. Escrituração contábil. 3. Controle financeiro. I. Título.

21. ed. CDD 658.048


GRAZIELLI SANTOS VASCONCELOS

**UMA PESQUISA DESCRITIVA SOBRE O REGISTRO E ESCRITURAÇÃO DAS
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB NA
PERSPECTIVA DO CONTROLE FINANCEIRO**

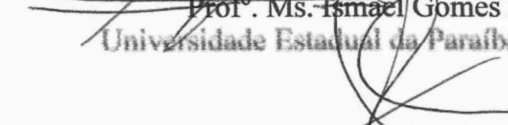
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
a Academia do Curso de Ciências Contábeis
do Centro de Ciências Humanas e Exatas da
Universidade Estadual da Paraíba – Campus
VI Poeta Pinto do Monteiro para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: 27 / 05 / 2014

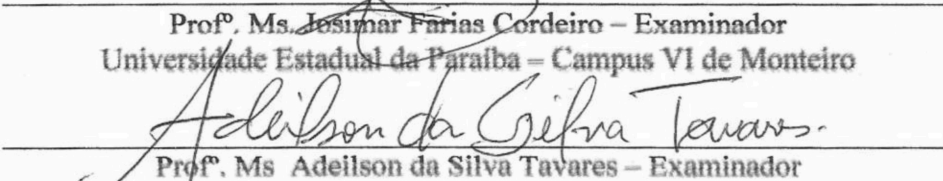
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Ismael Gomes Barreto – Orientador
Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI de Monteiro



Prof. Ms. Josimar Farias Cordeiro – Examinador
Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI de Monteiro



Prof. Ms. Adeilson da Silva Tavares – Examinador
Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI de Monteiro

MONTEIRO - PB

2014

Dedico este trabalho a Deus, que me deu forças pra chegar até aqui, e a todos da minha família por sempre me apoiarem na luta dos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas, tenho certeza de que sem Sua ajuda não teria chegado até aqui, foi o seu sustento e a sua graça que me deram suporte para prosseguir. Agradeço aos meus amados pais Juvanci e Maria das Neves, por seu amor incondicional e por sua imensa dedicação, principalmente a minha mãe, pois todos os dias ela me deu encorajamento e força para a realização de um sonho nosso, assim também como dividiu comigo todo o esforço para que concluísse o meu sonhado curso.

Minha gratidão ao meu amado esposo Edmilsom, por sua paciência, pelo seu amor e por sempre ter me encorajado nesta caminhada, ao meu filho amado João Vitor, por sua compreensão e pelo seu carinho.

As minhas amigas de infância Áurea, Ana Paula, Fernanda, Helenilda e Genice que sempre torceram por mim e me motivaram a nunca desistir. Agradeço também as minhas amigas de turma, todas elas, em especial a Amanda, Isabel, Jéssica e Karoline, pois dividiram comigo momentos que ficarão para sempre, por sua ajuda, que foi fundamental para conclusão deste curso.

Agradeço também a minha amada igreja Presbiteriana, minha casa, obrigada por suas orações, pois lá encontro refrigério para a alma e forças para continuar a caminhada.

Ao meu orientador o professor MS. Ismael Gomes Barreto, por todo empenho, paciência e principalmente por está me orientando a prosseguir nesta etapa importante de minha vida.

Quero agradecer também aos professores que estão compondo esta banca, fico honrosamente grata pela confiança e contribuição, e de antemão obrigada por estarem participando deste momento, bem como a todos aqueles que no decorrer da caminhada contribuíram sobremaneira em todo o meu aprendizado.

A Universidade Estadual da Paraíba, pela acolhida e por ter me proporcionado um excelente curso.

Muito Obrigada!

Todas as instituições sem fins lucrativos têm algo em comum: são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio; isto é, uma vida transformada.

Peter Drucker

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar se as entidades do Terceiro Setor do município de Monteiro – Paraíba registram através da Contabilidade seus fatos na perspectiva do controle financeiro, para obter tal resposta, buscou-se verificar se há escrituração através da Contabilidade, procurou-se entender como é feito o controle financeiro, e por fim compreender como é utilizado o controle para informação. A fundamental justificativa baseia-se no fato de que é a Contabilidade que dá suporte aos administradores para tomar decisões embasadas em informações fornecidas pela realização da escrituração de seus fatos, e do quanto este informe pode ser útil na percepção do controle financeiro de tais entidades. Quanto aos aspectos metodológicos, adotou-se uma abordagem quantitativa, realizando-se uma pesquisa descritiva, além da pesquisa bibliográfica, empregou-se em tal estudo também o método teórico-empírico, neste trabalho utiliza-se também de método indutivo. Foi utilizado para a análise dos dados colhidos o programa SPSS versão 20.0 – Statistical Package for Social Ciences-for Windows, para o tratamento e exame dos dados a pesquisa empregou a estatística descritiva. Os resultados obtidos permitiram concluir que as entidades do Terceiro Setor do município de Monteiro - Paraíba registram através da Contabilidade seus fatos na perspectiva do controle financeiro. Contudo o instrumento mais utilizado para obter tal controle é o Livro Caixa, sendo este um instrumento simples, mas que reúne as informações necessárias para tomar decisões no âmbito financeiro das entidades foco deste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro setor. Escrituração Contábil. Controle Financeiro.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate whether the entities of the third sector in Monteiro city register through your Accounting facts in the perspective of financial control, to get such a response , was attempted to check if there is bookkeeping through the accounts , as well as understand how the financial control is done and finally understand how it is used the control to information . His fundametal justification is based on the fundamental fact that is the Accounting that gives support to the managers to make decisions based on provided informations by the completion of the bookkeeping of your facts and how this report can be useful in the perception of the financial control of such entities. Regarding the methodological processes, was adopted a qualitative approach, performing a descriptive research, beyond the bibliographic reaserch, also employing the theoretical - empirical method, it is also used inductive method. Was used for the processing of the collected of data the program SPSS version 20.0 - Statistical Package for Social Ciences - for Windows , for the processing and the analysis of the data was employed the descriptive statistics . Throught the obtained results we can concllude that the third sector entities of Monteiro city record by accounting its facts from the perspective of financial control, however the most widely used instrument to obtain such control is the cash book, the same is a simple tool, but gather the needed informations to make decisions in the financial framework of the mentioned entities.

KEY-WORDS: Third Sector. Bookkeeping. Financial Control.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

| | |
|--------|--|
| ART. | Artigo |
| CFA | Conselho Federal de Administração |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade |
| CTN | Código Tributário Nacional |
| COFINS | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social |
| CSLL | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido |
| DACON | Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais |
| DCTF | Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais |
| DFC | Demonstração do Fluxo de Caixa |
| DIPJ | Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IRPJ | Imposto de Renda de Pessoa Jurídica |
| ITG | Interpretação Técnica Geral |
| NBC | Norma Brasileira de Contabilidade |
| ONGs | Entidades Não Governamentais |
| OTS | Organizações do Terceiro Setor |
| PASEP | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público |
| PIS | Programa de Integração Social |
| UEPB | Universidade Estadual da Paraíba |
| RIR | Regulamento do Imposto de Renda |
| SPSS | Statistical Package for Social Science for Windows |
| SRF | Secretaria da Receita Federal |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 01 - Qual a sua faixa de idade?..... | 42 |
| Tabela 02 - Qual o seu nível de escolaridade?..... | 43 |
| Tabela 03 - Há quanto tempo trabalha na organização?..... | 43 |
| Tabela 04 - Que cargo você exerce na organização?..... | 44 |
| Tabela 05 - A sua organização está envolvida principalmente com:..... | 45 |
| Tabela 06 - Existe escrituração contábil na organização?..... | 45 |
| Tabela 07 - No caso da resposta anterior acima ter sido afirmativa, você utiliza a escrituração contábil para:..... | 46 |
| Tabela 08 - A realização do controle financeiro é importante para a instituição..... | 47 |
| Tabela 09 - A sua organização está envolvida principalmente com: A realização do controle financeiro é importante para a instituição:..... | 48 |
| Tabela 10 - Uso a escrituração contábil para auxiliar positivamente na obtenção do controle financeiro..... | 48 |
| Tabela 11 - A sua organização está envolvida principalmente com: Uso a escrituração contábil para auxiliar positivamente na obtenção do controle financeiro..... | 49 |
| Tabela 12 - Tomo decisões com base nos demonstrativos contábeis por fornecerem informações importantes para a obtenção do controle financeiro..... | 50 |
| Tabela 13 - A sua organização está envolvida principalmente com: Tomo decisões com base nos demonstrativos contábeis por fornecerem informações importantes para a obtenção do controle financeiro..... | 51 |
| Tabela 14 - Faço o registro das informações considerando o acompanhamento das receitas e despesas para controlar os recursos de Caixa..... | 51 |
| Tabela 15 - A sua organização está envolvida principalmente com: Faço o registro das informações considerando o acompanhamento das receitas e despesas para controlar os recursos de Caixa..... | 52 |
| Tabela 16 - Com base na contabilidade projeto minhas decisões sobre o Caixa..... | 53 |

| | |
|--|----|
| Tabela 17 - A sua organização está envolvida principalmente com: Faço o registro das informações considerando o acompanhamento das receitas e despesas para controlar os recursos de Caixa..... | 54 |
| Tabela 18 - Atualmente você utiliza alguma ferramenta para fazer o controle financeiro da sua empresa?..... | 55 |
| Tabela 19 - Quanto ao registro das informações, você registra:..... | 55 |
| Tabela 20 - Como você faz o seu controle financeiro?..... | 56 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA | 16 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 16 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 16 |
| 2 JUSTIFICATIVA | 17 |
| 3 METODOLOGIA..... | 20 |
| 3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS | 20 |
| 3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS | 21 |
| 3.3 QUANTO À ABORDAGEM..... | 21 |
| 3.4 QUANTO AO EMBASAMENTO..... | 22 |
| 3.5 QUANTO AO MÉTODO | 22 |
| 3.6 QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS | 23 |
| 3.6.1 Amostra da pesquisa..... | 23 |
| 3.7 QUANTO À FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS | 24 |
| 4 REFERENCIAL TEÓRICO | 26 |
| 4.1 TERCEIRO SETOR | 26 |
| 4.1.1 Breve contextualização histórica | 27 |
| 4.1.2 Constatação da condição de “sem fins lucrativos” | 28 |
| 4.1.2.1 Imunidade tributária | 28 |
| 4.1.2.2 Isenção tributária | 30 |
| 4.1.3 Práticas contábeis para entidades do terceiro setor | 32 |
| 4.2 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL | 34 |
| 4.2.1 Livros Obrigatórios | 35 |
| 4.2.1.1 Livro Diário | 35 |
| 4.2.1.2 Livro Razão | 36 |

| | |
|---|-----------|
| 4.2.2 Métodos de escrituração | 36 |
| 4.2.2.1 Método das partidas simples | 37 |
| 4.2.2.2 Método das partidas dobradas | 37 |
| 4.2.3 Lançamentos | 37 |
| 4.3 CONTROLE FINANCEIRO | 38 |
| 4.4 INFORMAÇÃO PARA O PROCESSO DE DECISÃO | 41 |
| 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS | 43 |
| REFÊNCIAS..... | 59 |
| APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO..... | 63 |

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é essencial para o bom funcionamento de qualquer organização, e mesmo que a atividade principal da entidade não seja a obtenção de lucros, está também na competência desta auferir receita. Dessa forma o controle patrimonial se faz necessário em qualquer instituição, seja ela pública ou privada.

A ciência que estuda o patrimônio das entidades é a Contabilidade, e sendo o patrimônio um conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma pessoa física ou jurídica, é passível de registro e controle por parte do órgão competente, para quantificar e acompanhar sua evolução, tanto em seu aspecto qualitativo, quanto quantitativo.

Segundo Iudícibus e Marion (2008, p. 42), a Contabilidade é uma poderosa ferramenta que dá suporte aos administradores a tomar decisão, de forma a coletar dados, mensurá-los monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios, para que venha colaborar sobremaneira para a tomada de decisões.

Para que haja o correto controle da evolução dos bens de qualquer entidade, faz-se necessário à aplicação desta ciência, e o mecanismo que a Contabilidade se utiliza para medir tais modificações é a escrituração. Esta se estende também para as entidades do Terceiro Setor, que embora seu escopo consista em uma finalidade diferente das instituições do Primeiro e do Segundo Setor, torna-se indispensável o controle e a organização para auxiliar não apenas os dirigentes, mas também para atender as exigências legais a elas requeridas.

As instituições sem fins lucrativos, também denominadas como entidades do Terceiro Setor, têm por fim, gerar ações para a sociedade que objetivem o bem comum, estas, ainda que, seu fim principal não seja o retorno financeiro, também se enquadram nesta obrigatoriedade de registro e escrituração. Conforme Braga (2006, p. 70), a escrituração tem o objetivo de armazenar os dados referentes às operações realizadas de forma contínua, cuja finalidade é acompanhar todas as modificações ocorridas no patrimônio da empresa, e permitir, a qualquer momento, a apuração de seus resultados.

Este trabalho objetiva mostrar se as entidades sem fins lucrativos da cidade de Monteiro-Paraíba registram através da Contabilidade seus fatos, na perspectiva do controle financeiro, e apontar se tais instituições realizam a escrituração contábil. Uma vez que a estas organizações se estendem também os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os Comunicados Técnicos e as Interpretações Técnicas emitidas

pelo Conselho Federal de Contabilidade. Dessa forma devem-se aplicar às práticas contábeis que comumente são empregadas às demais instituições.

Assim, segundo Young (2008), as entidades sem fins lucrativos passam a ter exigência legal com sua inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme determina o Artigo. 114 da Lei 6.015/73, renumerado pela Lei 6.216/75.

Dentre as obrigações requeridas a estas entidades, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC)¹, através da Resolução CFC n.º 1.330/11, ratifica a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2000 – a qual trata especificamente sobre a escrituração contábil destas instituições. A referida ITG 2000, institui critérios e procedimentos a respeito da escrituração de seus fatos patrimoniais.

Embora a nomenclatura usada, seja sem fins de lucros, há o ingresso de fundos para a manutenção de suas atividades, já que auferem receitas e constroem patrimônio que são aplicados em seus projetos, e havendo o patrimônio, há a indispensabilidade de controle e, portanto não podem atuar de forma ilegítima. Ao passo que estas entidades são registradas, passam a responder a exigências jurídicas que lhes são cabíveis, e desde então lhes são atribuídos direitos e obrigações, os quais precisam ser seriamente observados.

¹ Disponível em << http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/terceiro_setor.pdf>> Acesso em 12/02/2014

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Estariam as entidades do Terceiro Setor do município de Monteiro - Paraíba registrando através da Contabilidade seus fatos na perspectiva do controle financeiro?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para que o escopo da pesquisa fosse alcançado, foram traçados os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo geral

Investigar se as entidades do Terceiro Setor do município de Monteiro - Paraíba registram através da contabilidade seus fatos na perspectiva do controle financeiro.

1.2.2 Objetivos específicos

- Verificar se há escrituração através da contabilidade nas instituições do Terceiro Setor do município de Monteiro - Paraíba;
- Entender como é feito o controle financeiro destas entidades;
- Compreender como é utilizado o controle para informação, dentro destas instituições foco do estudo.

2 JUSTIFICATIVA

O Terceiro Setor tem despertado interesse social na comunidade, pois este tem como objetivo dar assistência à sociedade complementando as ações do governo. O agravamento social da nação, a inaptidão em atender a busca da população no que diz respeito à saúde, educação, defesa dos direitos humanos, apoio à população carente, ação social, dentre muitos outros serviços que são prestados pelo Estado, fazem do Terceiro Setor instituições que atuam na assistência da prestação destes serviços, e conseqüentemente requerem um maior alargamento de tais serviços prestados por estas entidades.

Conforme a série, Estudos e Pesquisas Informação Econômicas nº 20 (2012) ², o número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos no Brasil corresponde a 556 846 instituições. Ainda conforme a mesma fonte de pesquisa, em relação às Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos, 22,9 % do total destas entidades estão situadas na Região Nordeste. Já o número de unidades das entidades sem fins lucrativos no estado da Paraíba, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ³ equivale a 10.704 unidades. E conforme o referido instituto de pesquisa⁴, o número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos no município de Monteiro - Paraíba corresponde a 116 instituições.

Segundo o entendimento de Young (2008, p. 29), estas entidades atuam de forma a preencher lacunas, como uma maneira de realização dos direitos sociais, os quais o governo não tem suprido, tais instituições são independentes e ordenadas na voluntariedade.

Dessa forma, destaca-se a importância do estudo, pois evidencia a atuação destas instituições e, por conseguinte, contribui para o desenvolvimento destas entidades. Logo, o instrumento que pode contribuir altamente para tal avanço, no que diz respeito à importância de destacar as modificações de suas movimentações financeiras, já que suas receitas são aplicadas ao benefício social, é a escrituração contábil.

Visto ser a escrituração contábil, uma ferramenta poderosa para auxiliar seus administradores na tomada de decisão. Uma vez que para que tal procedimento seja adotado de forma positiva para qualquer entidade, tais procedimentos precisam estar embasados e

² Disponível em < ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf> Acesso em 16/02/14.

³ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=fasfil2010>> Acesso em 12/02/2014.

⁴ Disponível em < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250970&idtema=101&search=paraiba|monteiro|fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil-2010->> Acesso em 08/02/2014.

acobertados sob informações fiéis e confiáveis, portanto, a conservação de dados que venham a ser úteis para apurar os resultados das atividades da instituição é concebida pela escrituração.

Conforme o entendimento de Braga (2006, p. 70), a escrituração contábil é o aglomerado de anotações ou registros que, com formas e fins diversos, é empregada para evidenciar os acontecimentos da gestão empresarial. Dessa forma, este instrumento altamente eficaz, estende-se também às entidades do Terceiro Setor.

O método de escrituração das operações desempenhadas pelas entidades do Terceiro Setor difere-se dos outros procedimentos utilizados pelas demais instituições. Este fato é baseado na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 10.19 – Entidade sem finalidade de lucros. Dessa forma cabe ao profissional de Contabilidade, o domínio deste procedimento para realização de tal tarefa, pois este deve ter conhecimento das necessidades de seus usuários para então oferecer uma melhor prestação de serviços.

Ribeiro (2005, p. 64) descreve que o controle contábil nas entidades, tem seu início com a escrituração dos acontecimentos no Livro Diário, integrando-se nos demais livros, e o gerenciamento do patrimônio da empresa acontece através dos eventos administrativos, e estes são registrados por meio da escrituração.

Assim, esta pesquisa foi realizada na cidade de Monteiro – Paraíba, onde há a atuação de associações, sindicatos, instituições filantrópicas e entidades de caráter religioso dentre outros. Até o presente momento, em busca de pesquisas na área, verificou-se através de um levantamento bibliográfico na biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) do Campus VI deste município, uma escassez de trabalhos que aborde essa temática voltada para estas entidades.

Portanto, há um número reduzido de pesquisas que discuta esse assunto, e torna-se expressivo a realização de estudos que possam contribuir para o desenvolvimento, e conscientização de que é a Contabilidade que dá suporte aos administradores para tomar decisões embasadas em informações fornecidas pela realização da escrituração de seus fatos, e do quanto este informe pode ser útil na percepção do controle financeiro, visto que esta ciência consiste em um eficaz mecanismo de gerenciamento.

Embora seja um assunto pouco pesquisado, especificamente, onde é realizado este estudo, em linhas gerais, existe uma quantidade considerável de trabalhos que levantam o tema de entidades do Terceiro Setor. Pode-se mencionar dentre estes, uma monografia de Magnus (2007), que tem como título: ‘O controle interno financeiro em uma entidade sem fins lucrativos’, a qual faz referência o quanto esta ferramenta é essencial para o sucesso de

qualquer empresa, este controle deve ser determinado e ordenado, para que venha a atender as necessidades e expectativas da organização.

Cabe citar também matérias em revistas, como é o caso da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, escrita por Olak et al (2008), especificamente traz um artigo, com o título: 'As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do Terceiro Setor'. Este trabalho aponta, grosso modo, que esta é uma área que tem despertado interesse de pesquisadores multidisciplinares das diversas áreas das ciências sociais. Contudo, menciona que no momento do referido estudo, havia um número reduzido de trabalhos publicados em tal área.

3 METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 83), método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais, que com maior segurança, consente ao cientista alcançar o objetivo, embasado de conhecimentos válidos e verdadeiros. Este tópico tem por fim, expor os processos metodológicos que foram tomados para o desenvolvimento da pesquisa.

Conforme Beuren et al (2012, p.79) existem algumas peculiaridades da Contabilidade, quanto às tipologias da pesquisa, que são mais aplicáveis neste campo do conhecimento, são estas: pesquisa quanto aos objetivos, que compreende a pesquisa exploratória, descritiva, e explicativa; seguida pela pesquisa quanto aos procedimentos, a qual aborda estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental; e a pesquisa que se refere à abordagem do problema, sendo esta qualitativa e quantitativa.

3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

Este estudo adota uma pesquisa do tipo descritiva, e se referindo a este tipo de pesquisa, Gil (2008, p. 28) ressalta que os exames deste tipo têm como principal objetivo, a exposição das características de determinada população, ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Neste tipo de pesquisa, executa-se o estudo, a apreciação dos dados, o registro e a interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador.

Ao se referir a este tipo de estudo, Beuren et al (2012, p.81) aponta que:

[...] a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Tal trabalho apresenta princípios da pesquisa descritiva, no que se refere à verificação das entidades do Terceiro Setor da cidade de Monteiro-Paraíba, no que tange ao registro e escrituração contábil destas instituições na perspectiva do controle financeiro, por descrever aspectos das entidades analisadas. Esta metodologia aponta à constatação, registro e exame das características, elementos ou variáveis que se enquadram com o fenômeno. Vários estudos utilizam a pesquisa descritiva para análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil (BEUREN et al, 2012, p. 81).

3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Este trabalho se classifica como bibliográfico, por utilizar conhecimentos disponibilizados na literatura, e alicerçados segundo o entendimento de autores que tratam sobre o assunto exposto na pesquisa.

Segundo Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, constituído, sobretudo de livros e artigos científicos. Ainda que, quase todos os estudos sejam exigidos algum tipo de trabalho deste caráter, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente por meio de fontes bibliográficas.

Trata-se também de uma pesquisa de campo, uma vez que se objetivou coletar informações a respeito de um dado problema, com o propósito de obter um resultado que viesse a responder um questionamento.

Para Lakatos e Marconi (2007, p.188), uma pesquisa de campo é aquela utilizada com o propósito de obter informações ou conhecimentos, a respeito de um problema, do qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se espere comprovar, ou, ainda, encontrar novos fatos ou as relações com eles.

Consiste em uma pesquisa de campo por haver a coleta de dados e observação dos mesmos, bem como sua análise e interpretação, fundamentados em uma base teórica relevante, e com a finalidade de explicar o problema proposto pelo trabalho.

3.3 QUANTO À ABORDAGEM

Beuren et al (2012, p.93) aborda que a pesquisa quantitativa tem a característica de se utilizar de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

A abordagem quantitativa é importante para garantir a exatidão dos resultados, impedindo assim, distorções de análise e interpretação, de maneira a permitir uma margem de segurança relacionada a possíveis interferências, de forma a buscar uma análise do comportamento de uma população através da amostra.

Desta forma, este estudo tem características quantitativas, visto que os dados coletados foram submetidos às técnicas estatísticas, trabalhando com quantidades e percentuais, além de se utilizar de dados numéricos e percentuais, evidenciados através de várias tabelas, onde foram analisados os dados da pesquisa, para então se chegar ao resultado do problema deste estudo.

3.4 QUANTO AO EMBASAMENTO

Todo trabalho de pesquisa precisa estar embasado e alicerçado, desta forma a fundamentação teórico-empírica deste, tem a função de propiciar uma sustentação científica para o desenvolvimento do projeto. Conforme Lakatos e Marconi (2007, p.226), a pesquisa científica não tem a função apenas de expor os fatos levantados empiricamente, mas a elaboração de um caráter interpretativo, em relação aos dados colhidos. Desta forma se faz necessário correlacionar a pesquisa ao universo teórico, que sirva de orientação à interpretação do significado de tais dados e dos fatos coletados ou levantados.

Assim, este trabalho é teórico por reunir um conjunto de idéias, com base no tema proposto, sobre o aspecto de registro e escrituração de entidades do Terceiro Setor na perspectiva do controle financeiro. Ao mesmo tempo em que é empírico, por discutir dados de outras pesquisas que abordam a temática em foco, o que dar sustentabilidade a consecução dos argumentos teóricos.

3.5 QUANTO AO MÉTODO

A pesquisa utilizou do método indutivo por ter a característica de partir da observação de um levantamento particular para se chegar a uma generalização, ou seja, com base em premissas individuais chega-se a uma conclusão de forma global, segundo o exame dos casos em análise. Na concepção de Lakatos e Marconi (2007, p.86):

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Desta forma o método de indução dirige o raciocínio, tendo por base a parcela que está sendo estudada, amparada de uma análise eficaz, para então ter uma sólida conclusão a respeito do geral. Sá (2006, p. 79) afirma que se somarmos as características que o método indutivo propõe, com a fertilidade experimental que a Contabilidade proporciona, poucos métodos oferecerão tantos benefícios ao nosso conhecimento quanto o indutivo.

3.6 QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para realização deste trabalho utilizou-se como instrumento para coleta de dados o uso do questionário, composto por uma série de quesitos relacionados ao tema investigado. Gil (2008, p.121), define o questionário como uma técnica de investigação formada por um composto de questões, que são apresentadas a pessoas com a finalidade de obter informações sobre conhecimentos, crenças, interesses, expectativas etc.

Na visão de Lakatos e Marconi (2007, p.203), questionário é uma ferramenta de coleta de dados ordenada por uma série de perguntas, o qual deve ser por escrito, e sem a presença do entrevistador. Tal instrumento apresenta as seguintes vantagens, ainda segundo a concepção das autoras citadas: economia de tempo e pessoal; grande obtenção de dados; maior liberdade nas respostas em razão do anonimato; maior segurança; há menos riscos de distorções, uma vez que o pesquisador não influencia; maior uniformidade na avaliação, entre outras.

O questionário foi elaborado com perguntas do tipo fechadas, abertas e escala likert aplicado aos dirigentes das entidades sem fins lucrativos da cidade de Monteiro – Paraíba, para investigar se estas instituições registram através da Contabilidade os seus fatos na perspectiva do controle financeiro.

3.6.1 Amostra da pesquisa

Por se tratar de um universo considerado extenso, ou seja, 116 instituições distribuídas tanto na zona urbana, quanto na zona rural. Para a coleta de dados utilizou-se o uso de amostragem, que segundo o entendimento de Gil (2008, p. 90), “Amostra. Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. Na perspectiva de Lakatos e Marconi (2007, p.225), “Amostra é ser uma porção ou uma parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

Desta maneira, a amostra facilitou a coleta das informações necessárias para a realização deste trabalho, uma vez que é inviável o estudo do todo. Investigou-se desta forma, uma parte, sendo esta cuidadosamente colhida para representar um resultado, que condiga com a realidade dos fatos. Para tanto, foi extraída nos diversos segmentos de entidades sem fins lucrativos da citada cidade, a saber: Associações, Entidades Religiosas, Sindicatos, Serviços de Assistência Social, trabalhos com de Desenvolvimento Social, entidades que

atuam com o Benefício Intermediário, Filantrópicos e Promotores do Voluntariado. Procurou-se envolver o máximo de instituições dos vários tipos citados, que atuam em Monteiro - Paraíba, para tornar a amostra válida, e o resultado do presente trabalho confiável.

O tipo de amostra utilizado neste estudo é de natureza não probabilística, por se aplicar parâmetros estabelecidos pelo pesquisador para construir a mesma. Este tipo de amostra segundo Beuren et al (2012, p.126), pode ser por acessibilidade ou conveniência, por tipicidade ou intencional, e por cotas.

No presente estudo trabalhou-se com a amostragem por acessibilidade (ou conveniência), pois nesta, conforme Gil (2008, p.94), “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo”.

Este método foi escolhido em meio aos demais, por ser oportuno em facilitar a coleta dos dados dentre as instituições que são mais acessíveis, e de melhor localização, além de proporcionar uma segurança adequada da amostra colhida, o que representa, a nosso ver, a totalidade do universo em estudo.

Contudo, para que a pesquisa alcançasse um número maior de entidades do Terceiro Setor, o questionário foi aplicado além das entidades que atuam na zona urbana, ou seja, Associações, Entidades Religiosas, Sindicatos, Serviços de Assistência Social, trabalhos com Desenvolvimento Social, entidades que atuam com o Benefício Intermediário, Filantrópicos e Promotores do Voluntariado, o questionário se estendeu também as Associações de Produtores Rurais. Para isso, foi percorrida boa parte da zona rural do referido município, sítios que contemplassem as instituições citadas. Por isso, a distribuição dos mesmos demandou muito trabalho e disponibilidade de tempo. Como já referido anteriormente, a população total da pesquisa, segundo dados do IBGE (2010), corresponde a 116 instituições, e a amostra utilizada na pesquisadas, foi de 29 entidades, ou seja, 25% do total do universo pesquisado.

3.7 QUANTO À FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

No que se refere à análise dos dados, o método utilizado foi, por análise de conteúdo, e seguindo este procedimento utilizou-se também de estatística descritiva. O intuito do emprego da análise de conteúdo se fez útil no processo de descrever e interpretar o conteúdo da pesquisa.

Gil (2008, p.152 apud BERELSON, 1952, p.13), ao referir-se a análise de conteúdo afirma ser “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e

quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

Desta forma o presente trabalho utilizou-se deste método para analisar os dados colhidos, bem como proceder com a exposição dos seus resultados, de forma a comprovar sua legitimidade, tornando assim válida a pesquisa.

Para o tratamento e análise dos dados empregou-se a estatística descritiva, que segundo Martins e Donaire (2006, p.18), “[...] tem por objeto descrever e analisar determinada população, sem pretender tirar conclusões de caráter mais genérico”.

Esse método é útil, por tornar possível se chegar à conclusão dos resultados da pesquisa a partir da utilização de técnicas que permitem a análise dos dados colhidos, e com base nestes, inferir o fechamento das informações de maneira mais específica aos mesmos, sem um tratamento mais global da informação referente ao universo da pesquisa.

Para a tabulação de dados, por oferecer facilidade de inclusão, transcreveram-se as informações colhidas na pesquisa em uma tabela do Programa Microsoft Excel, já para análise estatística dos mesmos, empregou-se o programa Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS) versão 20.0, por permitir elaborar cálculos complexos e visualizar seus resultados de forma simples e clara.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico tem por objetivo tratar, com base no ponto de vista de vários autores, sobre as características do Terceiro Setor, seguindo com a abordagem sobre a escrituração contábil, trazendo também uma discussão sobre controle financeiro e, por fim, aborda sobre informação para o controle de decisão.

4.1 TERCEIRO SETOR

Para melhor entendermos o que é o Terceiro Setor, cabe fazer uma breve exposição do que venha a ser o Primeiro e o Segundo Setor. Desta forma a atuação destes, de maneira distinta movem a economia e aceleram o desenvolvimento do país. Sendo assim, o Primeiro Setor se refere ao Estado - o poder público. Já o Segundo Setor consiste na atuação de empresas privadas, cuja finalidade é a obtenção de lucros, e atuação em prol de benefícios próprios e particulares.

As organizações sem fins lucrativos, conhecidas também como Terceiro Setor, são instituições não-governamentais, pois seu fim principal não é a obtenção de lucros, mas objetivam a prestação de serviços de caráter públicos à comunidade. Yong (2008, p. 29) afirma que são entidades independentes e pautadas na voluntariedade. Desta forma geram bens e serviços advindos de investimentos privados no âmbito social.

Dentro deste contexto, Cabral (2007, p. 70 apud SALAMON; ANHEIER, 1997, p.308; SALAMON, 1999, p.10), apresenta algumas características que definem a base estrutural-operacional destas entidades, conforme a autora são instituições:

Estruturadas: são organizações institucionalizadas com a formalização de objetivos, processos e procedimentos que venham a assegurar sua longevidade. [...]

Privadas: [...] Em sua estrutura jurídica e sua funcionalidade econômica, são fundamentalmente privadas. [...]

Autogovernadas: são organizações autônomas que possuem os processos e instrumentos para efetuar sua gestão senão àquela da legislação que lhe regula. [...]

Finalidade Pública: as OTS devem servir a algum propósito público, contribuindo para o bem coletivo. [...]

Desta forma, para que estas entidades se encaixem dentro das características de instituições sem fins lucrativos, precisam obedecer às peculiaridades listadas acima, uma vez

que, são atribuições essenciais a esse tipo de entidades. Destaca-se que, as empresas organizadas no Terceiro Setor apesar de possuir particularidades que lhes são próprias, as que as diferenciam dos demais setores, também são instituições organizadas legalmente, com a distinção de desenvolverem suas atividades com base no voluntariado, e no bem comum.

Deste modo, o Terceiro Setor atua como um importante aliado do governo, de forma a complementar seus serviços e dar assistência a preencher brechas, onde há uma atuação insuficiente na prestação de serviços à comunidade, os quais deveriam ser oferecidos pelo Estado.

Na concepção de Albuquerque (2006, p.19), o Terceiro Setor apresenta as seguintes características:

Fazem contraponto às ações do governo: os bens e serviços públicos resultam da atuação do Estado e também da multiplicação de várias iniciativas particulares.

Fazem contraponto às ações do mercado: abrem campo dos interesses coletivos para a iniciativa individual.

Dão maior dimensão aos elementos que as compõem: realçam o valor tanto político quanto econômico das ações voluntárias sem fins lucrativos.

Projetam uma visão integradora da vida pública: enfatizam a complementação entre ações públicas e privadas.

As entidades do Terceiro Setor abrangem uma vasta gama de instituições, tais como: as associações, entidades não governamentais (ONGs), fundações, instituições filantrópicas, institutos, instituições beneficentes e de caridade, dentre outras. Estas têm como característica comum, a prestação de serviços públicos, e a finalidade não lucrativa como atributo principal.

4.1.1 Breve contextualização histórica

Conforme Albuquerque (2006, p. 21), as organizações do Terceiro Setor não são uma criação dos séculos XX e XXI. Antes, originaram-se nos séculos XVI e XVII, na Europa, na América do Norte e também na América Latina, a princípio com um caráter religioso ou até mesmo político.

No Brasil, estas entidades começam a ser percebidas a partir do século XIX, cuja base foi um tempo bem mais anterior ao referido século. Temos como exemplo, as Santas Casas, que se destacam no aspecto da beneficência, desde a segunda metade do século XVI. Estas por sua vez, tinham a atuação conjunta com igrejas cristãs, que ofereciam serviços beneficentes à comunidade. Neste sentido, destaca-se a igreja católica, que aliada ao serviço

do Estado assistia grande parte da comunidade carente, que estavam às margens dos serviços básicos de saúde e educação. (RELATÓRIO GESET, 2001, p. 6 -7)

Ainda segundo o referido Relatório GESET (2001, p. 6-7), as referidas igrejas continuaram esse trabalho de assistência em parceria com o Estado por todo período colonial, estendendo-se até o século XIX. Já no século XX com o surgimento de outras religiões, que aliadas com a igreja católica, têm uma atuação no campo da caridade com finalidade filantrópica, associada ao Estado. Porém, essa relação de Igreja e Estado, veio mudar no período republicano, fase em que passaram a atuar outras religiões, beneficiando-se de parcerias com fins filantrópicos junto ao Estado.

Em continuidade ao aspecto histórico destas instituições, cabe fazer uma ressalva, destacando que, depois da segunda guerra mundial, grandes mudanças ocorreram no cenário político, social e econômico. Houve um crescente aumento da pobreza e grandes conflitos em diversos aspectos da sociedade, aumentando desta forma, a necessidade de instituições, que viessem a colaborar para a prestação de serviços no âmbito social.

Em virtude do alcance ineficaz da prestação de serviços sociais oferecidos pelo Estado, o Terceiro Setor expande sua atuação com o propósito de alcançar os menos favorecidos, oferecendo serviços de caráter social. Dessa forma, tornam-se notórias suas expansões quanto à assistência nas mais diversas áreas abrangidas por estas entidades.

4.1.2 Constatação da condição de “sem fins lucrativos”

Segundo a lei 9.532/97, art. 12, § 2º, alterada pela lei 9.718/98, Art. 10 e em consonância ao Art. 170, § 2º, do Regulamento do Imposto de Renda (RIR) (Dec. 3000/99), é considerado entidade sem fins lucrativos, instituições que não apresentem superávit em suas contas ou, no caso de apresentar em determinado exercício, destinem o referido resultado, de maneira integral, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Uma vez constatada a condição de entidades sem finalidade lucrativa, lhes são concedidas alguns benefícios fiscais, dos quais serão discutidos logo a seguir.

4.1.2.1 Imunidade tributária

As entidades do Terceiro Setor recebem o direito de imunidade, ou isenção tributária dependendo de sua categoria constitucional. A Constituição Federal contempla, com o benefício da imunidade tributária, as entidades que possuam as seguintes características:

Art. 31 A União, aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

[...]

V – lançar impostos sobre:

[...]

b) templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social, desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no País para os respectivos fins;

[...]

Conforme a Emenda Constitucional nº 18 de 1965⁵, a imunidade passou a incidir apenas para impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições. Sendo disposto o texto da ementa como segue:

Art. 2º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

IV – cobrar impostos sobre: a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;

[...]

Conforme o texto do Código Tributário Nacional⁶, em seu Art. 14 disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º, tais entidades precisam está subordinadas à observância dos seguintes requisitos:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

Portanto, para que estas entidades possam gozar do benefício da imunidade, estas devem observar tais condições, sendo estes critérios fundamentais para a observância das características de serem intituladas como instituições sem finalidade lucrativa. Os dirigentes

⁵ Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-18-1-dezembro-1965-363966-publicacaooriginal-1-pl.html>>> Acesso em 26/06/2013.

⁶ Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/codtributnaci/ctn.htm>> Acesso em 26/06/2013

destas organizações devem, portanto atender o ordenamento do Código Tributário Nacional (CTN), para então usufruir de tal vantagem.

Lembramos que nem todas as instituições obedecem a tais exigências listadas acima, uma vez que não apresentam demonstrações contábeis, que venham a evidenciar como estão sendo utilizados os seus recursos, assim também como está sendo usado o benefício fiscal da imunidade na evolução patrimonial de tais entidades.

Contudo, vale salientar que como está disposto no texto do CTN, no Art. 14, ao se tratar da não-distribuição quanto ao patrimônio ou renda, não significa dizer que a entidades não auferirão lucro, mas sim não é permitida a sua distribuição. Destacando-se que, toda instituição para continuar com a operacionalidade de suas atividades, faz-se necessário um resultado positivo no confronto de suas despesas e receitas, e por consequência registrar tais eventos em cumprimento às exigências ordenadas no referido artigo do CTN.

4.1.2.2 Isenção tributária

Dentre os benefícios fiscais que as entidades do Terceiro Setor recebem, está à isenção tributária. Esta se difere da imunidade, já que a imunidade tributária está prevista na Constituição Federal, por ser pautada através de Lei, e mesmo ocorrendo o fato gerador, o tipo de tributo especificado em lei, não é exigido, cabendo ao legislador da esfera de sua competência, decretar a isenção.

Conforme a Lei nº 9.532/97⁷ em seu Art. 15, a isenção é aplicada às instituições que possuem características recreativa, filantrópica científica e cultural. Gozam também deste benefício as associações civis, que atuam na prestação de serviços de seus associados, colocando-os à disposição das pessoas, para as quais se propõem, já que tal prestação não tem finalidade lucrativa. Tais critérios são apresentados segundo a Lei já referida, citados da seguinte forma:

§ 1º A isenção a que se refere este artigo aplica-se, exclusivamente, em relação ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido, observado o disposto no parágrafo subsequente

§ 2º Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

§ 3º Às instituições isentas aplicam-se as disposições do art. 12, § 2º, alíneas "a" a "e" e § 3º e dos arts. 13 e 14.

⁷ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9532.htm > Acesso em 13/07/2012 às 16 hrs 24min

Como exposto acima, a isenção é empregada apenas ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). De acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) nº 247/02⁸, estas entidades são obrigadas a recolher o valor correspondente ao Programa de Integração Social (PIS), como também ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) incidente sobre a folha de salário. Já a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), só incidirá sobre as atividades não afins destes entes, estando as atividades afins das instituições, isentas deste imposto.

Para obter o benefício da isenção as entidades devem atender aos seguintes requisitos, conforme o Art. 12 da Lei 9.532/97:

- 1) A não remuneração dos dirigentes que prestam serviços a tais entidades;
- 2) o recurso recebido pela instituição deverá ser aplicado de forma integral no desenvolvimento de suas atividades;
- 3) realizar a escrituração completa de receitas e despesas nos respectivos livros os quais garantam sua exatidão;
- 4) conservar no prazo de cinco anos tendo o cuidado de mantê-los em boa ordem documentos que constatem a origem de suas receitas e despesas, como também qualquer outro ato que altere sua situação patrimonial;
- 5) apresentar a Declaração de Rendimentos, anualmente, em consonância com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- 6) efetuar o recolhimento dos tributos por ela pagos ou creditados, bem como a contribuição para a seguridade social dos empregados, e cumprir com as obrigações acessórias decorrentes deste processo;
- 7) garantir a destinação de seu patrimônio para outra instituição que se enquadre nos pré-requisitos do gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou fim de suas atividades, ou a órgão público;
- 8) por fim, outros requisitos, sendo estes estabelecidos por lei específica, que tenham relação como o funcionamento a que se refere este artigo.

Cabe salientar que ainda que as instituições sem fins lucrativos estejam dentro destes pré-requisitos citados acima, isto não as dispensa de cumprir com as obrigações acessórias,

⁸Disponível em < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2002/in2472002.htm> > Acesso em 29/06/2013 às 18hrs 11mim.

pois estas atingem a todos os tipos de entidades, inclusive as intituladas como sendo do Terceiro Setor. Estas obrigações acessórias, citadas de maneira breve são as seguintes: Folha de Pagamento, Retenção do Imposto de Renda na Fonte (IRF), PIS devido pelas entidades sem fins lucrativos, Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON). (ZANLUCA, 2013)

4.1.3 Práticas contábeis para entidades do terceiro setor

Como referido, anteriormente, as instituições intituladas entidades do Terceiro Setor, também devem realizar o registro de seus fatos contábeis. Este registro precisa obedecer a regras próprias, que são normalizadas pela NBC T 10.19.2⁹, as quais serão apresentadas como segue no texto.

A NBC T 10.19.2.1 versa que estas entidades devem obedecer aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, principalmente, na observação dos Princípios da Oportunidade e da Competência, uma vez que devem reconhecer mensalmente suas receitas e despesas.

Em conformidade com o texto da NBC T 10.19.2.2, as entidades sem fins lucrativos devem formar provisão que tenha montante suficiente para acobertar as perdas esperadas. Tendo assim como base as estimativas de seus possíveis valores de realização, e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.

A NBC T 10.19.2.3, trata também sobre contribuições, doações, e subvenções para custeio, as quais devem ser escrituradas em contas de receita. Estas contribuições, doações e subvenções patrimoniais, com inclusão das arrecadadas na constituição da instituição, devem ser contabilizadas junto ao patrimônio social.

No que se refere à NBC T 10.19.2.4, esta dispõe que as receitas provenientes de doações, subvenções e contribuições para custeio ou investimento deverão ser registradas por meio de documento hábil.

Seguidamente a NBC T 10.19.2.5 aborda que os registros contábeis precisam demonstrar as contas de receitas e despesas, superávit ou déficit, de maneira segregada, quando são identificadas por sua atividade, tais como, saúde, assistência social, educação, técnico-científica e outras, como também, comercial, industrial ou de prestação de serviços.

⁹ Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1019.htm>> Acesso em 29/06/2013

Ainda em conformidade, a supracitada norma, a NBC T 10.19.2.6 discute que as receitas advindas de doações, subvenções e contribuições auferidas para aplicação particular, mediante constituição ou não de fundos, necessitam ser registradas em contas próprias segregadas das demais contas da instituição.

Por fim, a NBC T 10.19.2.7 aponta que o valor do superávit ou déficit do exercício, precisa ser registrado em suas respectivas contas de Superávit ou Déficit do Exercício, até ser aprovado pela assembléia dos associados, e depois de sua aprovação, deverá ser realizada a transferência para a conta Patrimônio Social.

Cabe salientar que os demonstrativos contábeis das entidades do Terceiro Setor apresentam termos diferentes das instituições que têm finalidade lucrativa. Tais demonstrativos foram alterados para se adequarem às necessidades, de maneira que se torne visível a diferença entre entidades com finalidades lucrativas das que não o são. Segundo as NBCs T 10.4 e 10.19 ¹⁰, apresentam termos e contas específicos apresentados em seus demonstrativos contábeis, os quais são mencionados como segue:

10.19.3.1 - As demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucros são as determinadas pela NBC T 3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, e a sua divulgação pela NBC T 6 - Da Divulgação das Demonstrações Contábeis.

10.19.3.2 - Na aplicação das normas contábeis, em especial a NBC T 3, a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido, e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício.

Segundo a Resolução do CFC nº 1409 ¹¹ que revoga as Resoluções do CFC 877/200 e 966/2003, aponta que as demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros são:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Período;
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- e) Notas explicativas.

A mesma Resolução continua a dispor sobre os demonstrativos contábeis:

¹⁰ Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1019.htm>> Acesso em 29/06/2013

¹¹ Disponível em <http://www.rccontabilidadesc.com.br/ver_artigos.php?cod=15> Acesso em 29/06/2013

No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período. Na Demonstração do Resultado do Período, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais.

Independentemente das nomenclaturas utilizadas é indispensável para as entidades sem fins lucrativos, evidenciar seus resultados em termos de volume de bens alcançados, e custos e despesas empregadas em suas atividades.

4.2 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Como exposto acima, o CTN incube à Contabilidade a responsabilidade de atender os requisitos, que caracterizam a instituição como entidades sem fins lucrativos, o que demonstra desta forma, o quanto esta é importante para sociedade.

No entendimento de Ribeiro (2005, p. 2) a Contabilidade é uma ciência social que tem por objeto, o patrimônio das entidades, sendo seu objetivo principal controlar o patrimônio destas, em decorrência de suas variações.

A Contabilidade é essencial para o desenvolvimento de qualquer organização, seja ela com finalidade lucrativa ou não, esta por sua vez contribui sobremaneira para dar suporte aos administradores na tomada de decisão. Para alcançar sua finalidade, esta ciência se utiliza de várias técnicas, dentre elas pode-se destacar a escrituração contábil.

Escrituração contábil segundo Franco (2006, p. 57) “[...] é o registro dos fatos contábeis, segundo os princípios e normas técnico-contábeis, tendo em vista demonstrar a situação econômico-patrimonial da entidade e os resultados econômicos por elas obtidos em um exercício”. É por meio da escrituração que ocorre o registro das modificações ocorridas, e, portanto promover subsídio para o controle do patrimônio.

Na concepção de Ribeiro (2005, p. 64), é através dos fatos administrativos que ocorre a gestão do patrimônio das empresas, tais fatos são registrados a partir da escrituração. Por meio da técnica de escrituração, decorrem os relatórios contábeis, dentre os quais podemos citar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, os Balancetes de Verificação, entre outros demonstrativos.

Hirashima & Associados (2006, p.42), apontam que a escrituração deve ser feita:

- em português;
- em moeda corrente nacional;
- em forma contábil;
- com base em documentos de origem externa ou interna, ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos, atos decorrentes das práticas operacionais e administrativas;
- por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transporte para margem etc.

4.2.1 Livros Obrigatórios

O meio pelo qual a contabilidade se utiliza para escriturar as transações contábeis, que ocorrem no patrimônio da empresa é a utilização de livros de escrituração. Os principais livros utilizados pela contabilidade são o Livro Diário e o Livro Razão, cabe ressaltar a existência ainda de outros livros, os quais são chamados de livros auxiliares, como por exemplo, o Livro Caixa, dentre outros.

4.2.1.1 Livro Diário

Conforme Ribeiro (2005, p. 65), no Livro Diário são registrados todos os eventos que acontecem na empresa, e que provocam modificações no patrimônio, bem como os que possam causar modificações futuras no patrimônio. O Livro Diário é um livro obrigatório, determinado pela legislação comercial.

O Livro Diário compõe o registro básico da escrituração contábil, motivo este que faz que sua utilização seja indispensável. Este é constituído por folhas numeradas e sequenciadas, encadernadas em forma de livro.

Segundo a NBC ITG 2000 ¹², em seu item 14: “No Livro Diário devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.”

No referido livro, é necessário conter, simultaneamente, na primeira e última página, termos de abertura e de encerramento, como também ser registrado e autenticado pelas Juntas Comerciais ou registrado em cartório. Tal livro também poderá ser contabilizado por sistema de processamento eletrônico de dados, através de relatórios continuados, cujas folhas deverão

¹² Disponível em < http://www.crcsp.org.br/porta1_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1330.htm> Acesso em 19/02/2014.

ser numeradas em ordem sequencial, mecânica ou tipograficamente, sendo obrigatória a sua autenticação no órgão competente. (RIR/99, Art. 255) ¹³.

4.2.1.2 Livro Razão

No Livro Razão são registrados os movimentos de maneira individual de todas as contas, obedecendo a uma ordem sistemática, nele são reproduzidos os lançamentos do Livro Diário. Na concepção de Ribeiro (2005, p.122), o Razão é o livro mais importante para a Contabilidade, por permitir movimentar o controle de cada conta, separadamente. Para a escrituração do livro Razão, parte-se do Livro Diário.

No Livro Razão são especificadas as contas que já foram lançadas no Livro Diário. O Livro Razão é um aglomerado dos lançamentos realizados no Livro Diário, resumido para que se venha a promover a interpretação, e o exame das informações, bem como a tomada de decisões necessárias à entidade.

De maneira análoga ao Livro Diário, o Razão deve conter termo de abertura e encerramento, com as respectivas assinaturas do contador e do responsável pela instituição. Também deve haver a boa guarda dos livros contábeis, como previsto no Art. 264 do RIR/99¹⁴:

A pessoa jurídica é obrigada a manter em ordem, enquanto não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes, os livros, documentos e papéis relativos à sua atividade, ou que se refiram a atos ou operações que modifiquem ou possam vir a modificar sua situação patrimonial (Decreto-Lei n° 486, de 1969, art. 4°).

4.2.2 Métodos de escrituração

Além dos livros obrigatórios, cabe observar também os métodos de escrituração, que compreendem a forma de registrar os fatos contábeis. Os métodos de escrituração são: métodos das partidas simples e método das partidas dobradas.

¹³ Disponível em < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/L2Parte1.htm>> Acesso em 19/02/2014.

¹⁴ Disponível em < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/L2Parte1.htm>> Acesso em 20/02/2014.

4.2.2.1 Método das partidas simples

Segundo Ribeiro (2005, p. 69), o método das partidas simples baseia-se no registro de operações específicas, envolvendo o controle de um único elemento. Esse método é ineficiente e incompleto, uma vez que não consiste no controle global do patrimônio.

Por ser um método que se omite de registrar elementos patrimoniais, como o lucro ou prejuízo, deixou de ser usado, pois envolve apenas o controle de um único elemento.

Conforme Franco (2006, p. 58), esse método não é usado atualmente, por ser este um método deficiente e incompleto. Através deste método fazem-se apenas registros de operações realizadas com pessoas, omitindo-se então, o registro de componentes patrimoniais, assim como o lucro e o prejuízo.

4.2.2.2 Método das partidas dobradas

O método das partidas dobradas incide que, para qualquer operação, há um crédito ou um débito correspondente para cada operação, ou seja, para cada débito sempre haverá um crédito equivalente e, vice-versa.

Esse método das partidas dobradas foi primeiramente exposto pelo Frei Luca Pacioli, no século XI, na Itália.

Franco (2006, p. 59), afirma que o princípio fundamental das partidas dobradas é que não há devedor sem credor, e assim reciprocamente, correspondendo a cada débito, invariavelmente, um crédito de igual valor. Dessa forma, não há débitos sem um crédito que lhe corresponda.

4.2.3 Lançamentos

Lançamento contábil é o ato de registrar o fato contábil. Desta forma, todo fato que dá origem a um lançamento contábil deverá estar embasado em documentação apta e apropriada.

No conceito de Ribeiro (2005, p. 70):

Lançamento é o meio pelo qual se processa a escrituração. Os fatos e os atos administrativos são registrados por meio de lançamento, inicialmente no Livro Diário, mediante documentos que comprovem a legitimidade da operação (Notas Fiscais, Recibos, Contratos etc.).

O lançamento, portanto, é o método de se registrar as transações financeiras de uma entidade, este quando feito pelo método das partidas dobradas, deve ocorrer em ordem cronológica, e cumprir uma determinação técnica.

Nessa perspectiva, Franco (2006, p. 60), menciona que o lançamento deverá conter os seguintes elementos essenciais: Data do registro; conta a ser debitada; conta a ser creditada; histórico e valor. O lançamento é, portanto, uma parte da Escrituração, este apresenta a função histórica, a qual incide em narrar o fato contábil por ordem cronológica e a função monetária - que é o registro de forma sistemática dos fatos, representados monetariamente, agrupados, segundo sua natureza.

4.3 CONTROLE FINANCEIRO

O controle financeiro é essencial para o equilíbrio de uma entidade, seja esta pessoa física ou jurídica, este afeta diretamente a vida das pessoas e das organizações. Em se tratando de empresa, tal controle se torna muito importante para que a instituição alcance o crescimento no mercado, e conseqüentemente obtenha lucros.

Atualmente com a globalização, e a alta competitividade, o controle financeiro tornou-se essencial para conservar a atividade principal das empresas, pois sem controle, sem o acompanhamento da evolução de suas receitas e despesas, torna-se muito difícil o monitoramento para suprir suas necessidades de cultivarem suas finanças estáveis, e desta forma manter-se ativas no mercado.

Nesta perspectiva Gitman (2004, p. 04) afirma que:

Praticamente todos os indivíduos e organizações recebem ou levantam, gastam ou investem dinheiro. A área de finanças preocupa-se com os processos, as instituições, os mercados e os instrumentos associados à transparência de dinheiro entre indivíduos, empresas e órgãos governamentais. Muitas pessoas poderão se beneficiar da compreensão do campo de finanças, pois lhes permitirá tomar melhores decisões financeiras pessoais.

As decisões ocorrem o tempo todo no âmbito financeiro, tanto pessoas físicas quanto jurídicas precisam tomar decisões sobre em que área investir ou aplicar seus recursos, bem como qual, melhor opção de financiamento para adquirir determinado bem, ou qual a melhor forma de rendimento, dentre muitos outros aspectos que envolvem suas finanças.

No ramo empresarial, diariamente os gestores precisam tomar decisões referentes a compras de mercadorias, investimentos, pagamentos, contratações, entre diversos outros exemplos. É a partir do controle financeiro que o resultado destas decisões dá benéfico, tanto para as entidades físicas, quanto para as jurídicas.

No que se refere às empresas, segundo o Conselho Federal de Administração (CFA) (2010)¹⁵, a base do controle financeiro está na coordenação das atividades e avaliação da condição financeira da empresa. Isso se dá através de relatórios financeiros preparados a partir dos dados patrimoniais, e da situação do fluxo de caixa. Obter o controle financeiro da empresa expressa, que o empresário tem consciência da posição financeira real em que se encontra. Ou seja, expressa qual é a melhor ocasião para se realizar investimentos ou não.

Desta forma, sem o controle financeiro é improvável que as entidades possam dar continuidade a suas atividades, uma vez que este é uma ferramenta indispensável para qualquer gestor quanto às suas decisões, já que praticamente todas elas envolvem a área financeira da mesma, e são tomadas com o intuito de obter melhorias no aspecto econômico.

Na visão de Lemes Júnior (2005, p. 04), o objetivo principal da empresa, por muito tempo, foi à maximização de lucros, porém, este é um objetivo inexato, porque ações atuais para obter a maximização dos mesmos, podem fazer diminuí-lo futuramente.

Daí ressalta-se a relevância de um bom controle financeiro, pois a partir de um sólido controle das contas, o responsável pela administração do negócio poderá alcançar melhores resultados, tanto no presente, quanto no futuro. Sem uma boa gerência financeira, torna-se impossível a subsistência da entidade em meio a um mercado altamente competitivo.

Franco (2006, p.372), define que, antes o interesse das empresas estava apenas em conhecer o resultado econômico, isto é, lucros e prejuízos, elementos indispensáveis para a continuidade das empresas. Contudo isto não acontece nas Entidades Públicas, onde o movimento financeiro é o mais relevante, como também no caso das entidades sem fins lucrativos, onde não visam o lucro. Uma vez que, não visando o lucro, destaca-se o aspecto financeiro, onde se enfatiza as rendas destas entidades bem como sua aplicação aos fins a que se destinam.

Percebe-se então, que a área de finanças é muito abrangente, acometendo de maneira direta várias áreas de estudo, isso por atingir o cotidiano tanto de pessoas, quanto de

¹⁵ Conselho Federal de Administração. Disponível em < <http://www2.cfa.org.br/agencia-de-noticias/cfanews/qual-a-importancia-do-controle-financeiro-para-as-empresas/?searchterm=None> > Acesso em 30/06/2013

instituições. Na concepção de Gitman (2004, p. 09), há uma estreita relação entre a administração financeira, a economia e a contabilidade.

A relação com a teoria econômica é muito relevante, uma vez que os administradores financeiros devem estar atentos para possíveis modificações dos níveis de atividade econômica, bem como mudanças das políticas econômicas. Quanto ao relacionamento da administração financeira com a Contabilidade, nem sempre é fácil a distinção entre uma e outra, a diferença básica está relacionada ao fluxo de caixa, e a outra compreende a tomada de decisões.

É com base na condição financeira da empresa, e no gerenciamento das atividades que se torna possível adquirir o controle financeiro. Um instrumento que pode auxiliar para alcançar este controle é a utilização de relatórios financeiros, que podem ser concebidos a partir dos elementos patrimoniais. Obter tal controle significa estar ciente quanto ao momento mais propício de realizar investimentos.

Dentro deste contexto, cabe ressaltar que há um instrumento utilizado pela Contabilidade para destacar com eficiência os fluxos financeiros, que reproduzem a movimentação de dinheiro na entidade, nos referimos ao Demonstrativo do Fluxo de Caixa, através dele são evidenciadas as origens e aplicações de todos os recursos que percorreu no Caixa da empresa.

Conforme o entendimento de Iudícibus e Marion (2008, p. 221), a DFC proporciona a melhor elaboração de um planejamento financeiro mais eficaz, de forma que não sobrevenha excesso de Caixa, mas que se mantenha o montante necessário para cobrir os compromissos imediatos. Ao passo que, também fornece subsídio de informações quanto à necessidade de obter empréstimos na insuficiência de fundos, como também quando aplicar o excesso de recursos no mercado financeiro.

Independentemente da finalidade da entidade ser lucrativa ou não, há a necessidade da empresa obter fluxo de caixa suficiente para cobrir suas obrigações, e contrair bens necessários para atingir sua finalidade, bem como impedir insolvência de suas obrigações, alcançando desta forma, o equilíbrio financeiro. Assim tal demonstrativo, torna-se fundamental como ferramenta no controle financeiro das empresas, para que estas tenham o conhecimento de seus recursos, e a maneira como estes estão sendo aplicados.

Sendo assim, as funções financeiras podem ser percebidas ao curto e longo prazo. No âmbito empresarial Lemes Júnior (2005, p. 05), exemplifica como sendo: “[...]a administração do caixa, do crédito, das contas a receber e a pagar, dos estoques e dos financiamentos de curto prazo”.

Em continuidade ao raciocínio do autor citado, “As funções financeiras de longo prazo envolvem as decisões financeiras estratégicas, tais como orçamento de capital, estrutura de capital, custo de capital, relacionamento com investidores, entre outras”.

Desta forma pode-se observar que o controle financeiro é vital para a sobrevivência e sucesso das empresas. Como outrora mencionado, é indispensável para as pessoas de modo geral, pois é imprescindível conhecer seus recursos financeiros, tendo em vista a melhor opção de gerenciá-los e aplicá-los, evitando, desta forma, o endividamento ou eventuais desajustes futuros.

4.4 INFORMAÇÃO PARA O PROCESSO DE DECISÃO

Constantemente os indivíduos tomam decisões, sejam elas no aspecto pessoal, profissional, e de relacionamentos, decisões de coisas simples, mas algumas vezes estas são complexas e podem mudar uma vida. Para a tomada de decisões mais sérias, há a necessidade de uma maior cautela, analisar bem a situação, obter o máximo de informações a respeito do assunto em questão.

Conforme Lira et al (2007, p.72) ¹⁶:

Os indivíduos tomam decisões considerando as informações que irão suprir as suas necessidades, a fim de alcançar um determinado objetivo. O que inclui fazer a melhor escolha entre as alternativas para reduzir o esforço da tomada de decisão, minimizando as emoções negativas e, maximizando a capacidade de justificar sua decisão.

No âmbito empresarial não é diferente, os administradores estão sempre tomando decisões. Vale destacar que estas não podem ser tomadas de qualquer jeito, pois uma decisão errada poderá comprometer o êxito do negócio. Desta forma para que estas, sejam tomadas de maneira responsável, devem estar embasadas sob informações fiéis, para dar subsídio ao administrador para tal processo.

Neste sentido, destaca-se, então, a importância da informação, item indispensável para tomar medidas cautelosas quanto às decisões da empresa. É notório que o ser humano possui “sede” de conhecimento, e no cenário atual, aqueles que não o buscam não alcançam destaque no mercado altamente competitivo, pois nos vários ramos de profissões exigem novos conhecimentos, e tomar decisões corretas, pressupõe possuir informações confiáveis.

¹⁶ Processo de decisão no uso da informação. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a05.pdf>> Acesso em 01/07/2013.

As organizações que tomam respaldo de maneira eficiente, quanto à tomada de decisão com base em informações sólidas e confiáveis, poderão maximizar a qualidade de seus serviços e, por conseguinte se manter sólidas no mercado.

Nesta perspectiva Marion (2008, p.23), afirma que “A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões”. Segundo a visão do autor “A Contabilidade é a linguagem dos negócios.” De forma que examina os resultados das empresas, e avalia o desempenho dos negócios, o que vem a proporcionar diretrizes para a tomada de decisões.

Pode-se observar que infelizmente a Contabilidade nem sempre tem sido usada neste propósito, ou seja, fornecer subsídio à administração na tomada de decisão, mas apenas como um cumprimento às exigências fiscais. Por consequência de seu uso ineficaz, por parte dos administradores, muitas empresas enfrentam sérios problemas de sobrevivência, outras já enfrentaram até a falência.

Iudícibus e Marion (2008, p.42) afirmam que o processo decisório resultante das informações levantadas pela Contabilidade não se limita apenas ao alcance das empresas, aos administradores ou gerentes, mas também aos investidores, aos fornecedores de crédito, aos bancos, ao governo, dentre outros interessados.

De acordo com essa perspectiva, diversos usuários da informação gerada pela Contabilidade, se utilizam dela para identificar a situação econômico-financeira da empresa, conhecer a capacidade de liquidação de seus créditos, bem como, qual a contribuição da empresa para a sociedade na qual está inserida. Destaca-se então, que estas respostas são produzidas através de informações disponibilizadas pela Contabilidade, especificamente pelo contador.

Iudícibus e Marion (2008, p.43), destacam que, basicamente a função do contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões. Vale ressaltar ainda, que esta função tenha sido distorcida, voltada quase que exclusivamente para atender às exigências do fisco.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este tópico tem por finalidade evidenciar os dados coletados, tabulados e analisados no decorrer da pesquisa. Estes foram colhidos através de um questionário aplicado aos dirigentes das entidades do Terceiro Setor do município de Monteiro - Paraíba, com o objetivo de responder ao problema da pesquisa, proposto por este trabalho. Conforme mencionado anteriormente na metodologia, foram obtidos 29 questionários como amostra final da pesquisa.

Através da aplicação do questionário buscou-se analisar primeiramente a faixa etária dos responsáveis pelas entidades em questão. Observa-se então, através da tabela 01, que a maioria dos dirigentes das referidas entidades, têm uma faixa etária superior a 40 anos.

Tabela – 01 Qual a sua faixa de idade?

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|--------------------|------------|-------|-------------------------|
| Até 25 anos | 01 | 3,4 | 3,4 |
| Entre 26 e 30 anos | 02 | 6,9 | 10,3 |
| Entre 31 e 35 anos | 02 | 6,9 | 17,2 |
| Entre 36 e 40 anos | 06 | 20,7 | 37,9 |
| Superior a 40 anos | 18 | 62,1 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Desta forma, como destacado acima, percebe-se que a maioria das instituições pesquisadas é dirigida por pessoas acima de 40 anos, o que corresponde a 62,1% do total da amostra colhida. Enquanto apenas 3,4% dos dirigentes têm uma idade inferior ou igual a 25 anos de idade. Isso demonstra que a maior parte das entidades do Terceiro Setor deste município, é dirigida por pessoas experientes, e segundo uma pesquisa publicada pelo G1-Portal de notícias brasileiro mantido pela Globo.com¹⁷ (2010), esta faixa etária não é empecilho para se manterem no mercado, os profissionais que já têm bagagem, pelo contrário, a idade é vista pelas empresas como sinônimo de maturidade profissional e, por isso, a fase certa para cargos de chefia. Nota-se então, que nestas entidades, foco deste estudo, estão

¹⁷ Disponível em < http://g1.globo.com/Noticias/Concursos_Empregos/0,,MUL1530388-9654,00-MERCADO+QUER+PROFISSIONAL+ACIMA+DOS+CÔM+EXPERIENCIA+DIZEM+ESPECIALISTAS.html > Acesso em 23/02/2014.

sendo lideradas em sua maioria, por profissionais que se enquadram neste perfil apresentado no respectivo portal.

Em relação ao segundo questionamento, o qual está evidenciado na tabela 02, se refere ao nível de escolaridade dos dirigentes que atuam nestas entidades.

Tabela – 02 Qual o seu nível de escolaridade?

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|--------------------|------------|-------|-------------------------|
| Ensino Fundamental | 13 | 44,8 | 44,8 |
| Ensino médio | 10 | 34,5 | 79,3 |
| Graduação | 06 | 20,7 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Conforme exposto na referida tabela, o nível de escolaridade dos líderes das organizações do terceiro setor da cidade de Monteiro - Paraíba, em sua maioria, cursou o Ensino Fundamental, correspondendo a 44,8% da amostra em análise, enquanto que 6% destes têm o nível de graduação. Observa-se que o nível de escolaridade não é fator determinante para exercer um cargo na liderança destas instituições, visto que em sua maior parte, estes são ocupados por dirigentes que cursaram o Ensino Fundamental, enquanto que uma minoria destes cursou a graduação.

A tabela 03 corresponde à análise do tempo em que estes dirigentes trabalham na organização, como exposto a seguir:

Tabela – 03 Há quanto tempo trabalha na organização?

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|-----------------|------------|-------|-------------------------|
| 0 a 05 anos | 10 | 34,5 | 34,5 |
| 05 a 10 anos | 07 | 24,1 | 58,6 |
| 10 a 20 anos | 11 | 37,9 | 96,6 |
| Mais de 30 anos | 01 | 3,4 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Como é possível notar, a maior parte destes dirigentes atua na organização entre 10 e 20 anos, correspondendo a 37,9% do total da amostra. Já os que trabalham a um tempo superior a 30 anos equivalem a 3,4% do total desta. Portanto, percebe-se que estes líderes têm

um tempo bastante considerável no trabalho destas instituições, e desta forma são pessoas que possuem experiência neste campo de atuação. Ao fazermos uma correlação com os dados da tabela 01, na qual é destacada a faixa de idade dos mesmos, demonstra-se que boa parte de suas vidas foram dedicadas ao trabalho destas instituições, o que confirma a experiência que estes têm na direção de tais entidades.

Na tabela 04, tem como questionamento o cargo exercido pelos respondentes da pesquisa dentro da organização.

Tabela - 04 Que cargo você exerce na organização?

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|------------|------------|-------|-------------------------|
| Presidente | 19 | 65,5 | 65,5 |
| Pastor | 07 | 24,1 | 89,7 |
| Diretor | 01 | 3,4 | 93,1 |
| Tesoureiro | 02 | 6,9 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Quanto ao cargo dos respondentes do questionário, observou-se que 65,5% destes, ocupam a presidência destas entidades objeto de estudo. Apenas 01, que equivale a 3,4% da amostra, trabalha no cargo de diretor, ainda cabe observar que 27,1% dos respondentes são pastores.

A variação de cargos obtida nesta pesquisa corresponde à variedade de instituições do Terceiro Setor que atuam em Monteiro - Paraíba, visto que, neste município pôde se verificar que há uma multiplicidade de entidades, que desempenham atividades sem fins lucrativos.

Pode-se ao mesmo tempo, interligar esta informação com a tabela 05, exposta logo abaixo, visto que se verificou que grande parte destes líderes é responsável pelas Associações, nas quais o cargo superior é o de presidente, como exposto a seguir:

Tabela – 05 A sua organização está envolvida principalmente com:

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|--|------------|-------|-------------------------|
| Não respondeu | 02 | 6,9 | 6,9 |
| Organização religiosa | 06 | 20,7 | 27,6 |
| Sindicatos e órgãos de classe | 02 | 6,9 | 34,5 |
| Associação | 14 | 48,3 | 82,2 |
| Assistência Social | 01 | 3,4 | 86,2 |
| Desenvolvimento social, econômico e moradia | 01 | 3,4 | 89,7 |
| Intermediários, Filantrópicos e Promotores do voluntariado | 01 | 3,4 | 100 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Como referido anteriormente, o tipo de entidade que se destaca nesta tabela são as associações, correspondendo a 48,3% do total da amostra. Já as entidades que se enquadram em serviços Intermediários, Filantrópicos e Promotores do voluntariado, equivalem a apenas 01 entidade, ou seja, 3,4% da referida amostra. Esse dado se confirma pelo fato de que na zona rural deste município há a atuação de várias Associações de Produtores Rurais. Correspondendo desta forma, como anteriormente mencionado, que as Associações são a maioria dos segmentos destacados nas respostas do referido questionário.

Após conhecer o perfil destas instituições, e de seus líderes, na sequência das questões aplicadas, encontram-se quesitos mais específicos relacionados à escrituração contábil, controle financeiro e sobre o controle para informação. Isto com vistas a colher as informações necessárias para alcançar o objetivo geral e específico deste trabalho.

Tabela – 06 Existe escrituração contábil na organização?

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|-------|------------|-------|-------------------------|
| Sim | 23 | 89,7 | 89,7 |
| Não | 06 | 10,3 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Constatou-se através do levantamento desta questão, que em 89,7% das entidades sem fins lucrativos de Monteiro - Paraíba há escrituração contábil, alcançando uma frequência de

23, entre 29 respondentes. Isso demonstra que nestas instituições, existe o registro de seus fatos contábeis e conseqüentemente o acompanhamento de sua evolução patrimonial, por ser a escrituração contábil, como já referido anteriormente, e ainda conforme as palavras de Braga (2006), um instrumento que objetiva o armazenamento dos dados referentes às operações realizadas de forma contínua, com vistas ao acompanhamento de todas as modificações ocorridas no patrimônio da empresa e permitir, a qualquer momento, a apuração de seus resultados.

Desta forma, através deste questionamento, o primeiro objetivo específico da pesquisa é alcançado, ou seja, verificou-se que as entidades do terceiro setor do município de Monteiro- Paraíba realizam a escrituração contábil através da Contabilidade.

Em continuidade a análise das questões, segue uma indagação complementando a que já foi exposta acima, com vistas ao entendimento da finalidade da utilização da escrituração contábil para estas instituições. Tal informação é destacada na tabela 07:

Tabela – 07 No caso da resposta anterior acima ter sido afirmativa, você utiliza a escrituração contábil para:

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|---|------------|-------|-------------------------|
| Prestar contas | 13 | 44,8 | 44,8 |
| Prestar contas; tomar decisões; apenas formalidade legal | 01 | 3,4 | 48,3 |
| Prestar Contas; tomar decisões; controle financeiro | 02 | 6,9 | 55,2 |
| Prestar Contas; apenas formalidade legal; controle financeiro | 02 | 6,9 | 62,1 |
| Prestar Contas; controle financeiro | 03 | 10,3 | 72,4 |
| Apenas formalidade legal | 01 | 3,4 | 75,9 |
| Apenas formalidade legal; controle financeiro | 02 | 6,9 | 82,8 |
| Controle financeiro | 02 | 6,9 | 89,7 |
| Não utiliza para nada | 03 | 10,3 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

A partir dos dados coletados, percebe-se que a grande maioria dos profissionais utiliza a escrituração contábil apenas para prestar contas, tal informação remete ao cumprimento das determinações do novo Código Civil em seu Art. 1.078¹⁸, no que tange a prestação de contas, e deliberação sobre o balanço patrimonial, bem como a demonstração de resultado.

¹⁸ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm> Acesso em 25/02/2014.

Pode-se observar também que outras entidades assinalaram esta questão em conjunto a outras opções, visto que além de utilizarem a escrituração contábil para prestação de contas, também a utilizam para tomar decisões, por formalidade legal e também para o controle financeiro. Desta forma, destaca-se o quanto a escrituração contábil pode ser útil para qualquer entidade, por fornecer subsídios ao administrador, tanto na prestação de contas, por reunir todos os registros dos fatos contábeis que acontecem na instituição, como também pode ser altamente útil na tomada de decisões, e para a obtenção do controle financeiro, além de ser um cumprimento legal.

Em continuidade as questões que foram respondidas, a oitava trata de maneira mais específica do controle financeiro destas instituições, tais questões foram apresentadas através da escala likert utilizando-se de aproximações, que mais se identificam com as instituições pesquisadas, o resultado é apresentado a seguir:

Tabela – 08 A realização do controle financeiro é importante para a instituição.

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|---------------------|------------|-------|-------------------------|
| Neutro | 01 | 3,4 | 3,4 |
| Concordo | 01 | 3,4 | 6,9 |
| Concordo fortemente | 27 | 93,1 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Percebe-se através destas respostas que a percepção dos dirigentes destas entidades com relação ao controle financeiro é bastante considerável, sendo que dentre os 29 respondentes 27 concordam fortemente, que o controle financeiro é importante para a instituição, o que corresponde a 93,1 % do total da amostra colhida. Mais uma vez, ao retomarmos o referencial teórico deste trabalho, confirma-se que os responsáveis pelas entidades do Terceiro Setor do município em foco, se preocupam em manter este controle, por ser vital para a sobrevivência, e sucesso de qualquer instituição, uma vez que é indispensável conhecer seus recursos financeiros, tendo em vista a melhor opção de gerenciá-los e aplicá-los.

Depois de apontar tal resultado, fizemos um cruzamento com os dados fornecidos na tabela 05, a qual aponta a área onde estas instituições atuam, demonstrando a correlação destas com cada nível de respostas obtidas:

Tabela – 09 A sua organização está envolvida principalmente com: A realização do controle financeiro é importante para a instituição:

| | Neutro | Concordo | Concordo fortemente | Total |
|--|--------|----------|---------------------|-------|
| Não respondeu | 00 | 00 | 02 | 02 |
| Organização religiosa | 01 | 00 | 05 | 06 |
| Sindicatos e órgãos de classe | 00 | 01 | 01 | 02 |
| Associação | 00 | 00 | 14 | 14 |
| Assistência Social | 00 | 00 | 01 | 01 |
| Desenvolvimento social, econômico e moradia | 00 | 00 | 01 | 01 |
| Intermediários, Filantrópicos e Promotores do voluntariado | 00 | 00 | 03 | 03 |
| Total | 01 | 01 | 27 | 29 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Portanto, dentre as várias modalidades de entidades do Terceiro Setor de Monteiro - Paraíba, as instituições religiosas contempladas pela amostra, dentre 06, 05 responderam, concordar fortemente que a realização do controle financeiro seja importante para a instituição. Em relação aos 02 sindicatos, 01 respondeu ser importante, e 01 concordou ser muito importante a realização de tal controle.

Dentre as 14 associações pesquisadas, 100% destas concordaram fortemente com tal questionamento, bem como as demais instituições que o responderam. Portanto, todas as modalidades de entidades sem fins lucrativos desta cidade, concordam fortemente que o controle financeiro é importante para a instituição.

Dando prosseguimento às questões relacionadas ao controle financeiro, a tabela 10, traz o seguinte questionamento:

Tabela – 10 Uso a escrituração contábil para auxiliar positivamente na obtenção do controle financeiro.

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|---------------------|------------|-------|-------------------------|
| Discordo | 02 | 6,9 | 6,9 |
| Neutro | 02 | 6,9 | 13,8 |
| Concordo | 02 | 6,9 | 20,7 |
| Concordo fortemente | 23 | 79,3 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Desta forma, é notório que a maioria dos dirigentes destas supracitadas entidades, concorda fortemente que a escrituração contábil auxilia positivamente na obtenção do controle financeiro, correspondendo então a 79,3% do total das respostas. Assim revela mais uma vez, que a escrituração contábil é um valioso instrumento para tomada de decisões, pois além de registrar os fatos contábeis, demonstra também a situação, e os resultados econômicos por elas obtidos. É também através do registro de seus fatos, pode fornecer informações valiosas para o controle financeiro da entidade.

Ao realizar o cruzamento de dados, da tabela 05 com os da tabela acima, podemos fazer um paralelo do quando cada modalidade deste grupo utiliza a escrituração contábil para os auxiliarem, de forma positiva, na obtenção do controle financeiro. Como exposto a seguir:

Tabela – 11 A sua organização está envolvida principalmente com: Uso a escrituração contábil para auxiliar positivamente na obtenção do controle financeiro.

| | Discordo | Neutro | Concordo | Concordo Fortemente | Total |
|--|----------|--------|----------|---------------------|-------|
| Não respondeu | 00 | 01 | 00 | 01 | 02 |
| Organização religiosa | 01 | 00 | 01 | 04 | 06 |
| Sindicatos e órgãos de classe | 00 | 01 | 00 | 01 | 02 |
| Associação | 00 | 00 | 00 | 14 | 14 |
| Assistência Social | 00 | 00 | 00 | 01 | 01 |
| Desenvolvimento social, econômico e moradia | 00 | 00 | 00 | 01 | 01 |
| Intermediários, Filantrópicos e Promotores do voluntariado | 01 | 00 | 01 | 01 | 03 |
| Total | 02 | 02 | 02 | 23 | 29 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Entre os dirigentes que responderam a tal questão, das 06 entidades religiosas, 04 concorda fortemente que a escrituração contábil auxilia positivamente na obtenção do controle financeiro, enquanto que 01 instituição dentre estas discorda, e 01 apenas concorda com tal afirmação.

Já no que se refere aos sindicatos e órgãos de classe, dos 02 pesquisados, 01 afirma ser neutro a esta questão enquanto o outro concorda fortemente com tal ponto. Mais uma vez todos os responsáveis pelas as Associações que responderam a tal questionamento, concordam fortemente que usam a escrituração contábil para auxiliar positivamente na obtenção do controle financeiro, como também as entidades que atuam com Assistência

Social e Desenvolvimento social, econômico e moradia. As instituições que atuam com serviços intermediários, filantrópicos e promotores do voluntariado, dentre as 02 estudadas, 01 assinalou a opção neutro, enquanto a outra concorda fortemente como tal questão. Portanto, novamente destaca-se que todas as modalidades incluídas no Terceiro Setor deste município, concordam fortemente, no quesito apresentado, pois este número equivale a 79,31% do total das respostas.

A tabela 12 vem demonstrar o grau de importância que os demonstrativos contábeis representam para a obtenção do controle financeiro nas referidas instituições.

Tabela – 12 Tomo decisões com base nos demonstrativos contábeis por fornecerem informações importantes para a obtenção do controle financeiro.

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|---------------------|------------|-------|-------------------------|
| Discordo fortemente | 01 | 3,4 | 3,4 |
| Discordo | 03 | 10,3 | 13,8 |
| Neutro | 12 | 41,4 | 55,2 |
| Concordo | 01 | 3,4 | 58,6 |
| Concordo fortemente | 12 | 41,4 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Como exposto anteriormente, nota-se que a percepção de utilização dos demonstrativos contábeis, para obtenção de informações que venham a subsidiar a tomada de decisões para o controle financeiro, ficou em um grau de empate, entre as opções neutro e concordo fortemente, correspondendo ambos a 41,4% do total das respostas. Percebe-se então, que menos da metade das entidades, em questão, se utilizam destes demonstrativos para os auxiliarem no controle financeiro destas instituições.

Destaca-se também que, em contrapartida um número considerável da amostra, ou seja, 41,4% destas utilizam os demonstrativos contábeis para este fim, uma vez que tais demonstrativos fornecem informações valiosas, que contribuem sobremaneira para proporcionar informações acerca da posição patrimonial e financeira de toda e qualquer entidade, inclusive as do Terceiro Setor, objeto de estudo deste trabalho. Portanto, percebe-se que a tomada de decisão a partir de tais demonstrativos ainda não é utilizada em grande parte destas instituições, isto é, em 58,6% do total da amostra.

Com relação ao questionamento apresentado antes, vejamos como tais modalidades supracitadas assinalaram tal questão:

Tabela – 13 A sua organização está envolvida principalmente com: Tomo decisões com base nos demonstrativos contábeis por fornecerem informações importantes para a obtenção do controle financeiro.

| | Discordo Fortemente | Discordo | Neutro | Concordo | Concordo Fortemente | Total |
|--|---------------------|----------|--------|----------|---------------------|-------|
| Não respondeu | 00 | 00 | 02 | 00 | 00 | 02 |
| Organização religiosa | 00 | 02 | 02 | 00 | 02 | 06 |
| Sindicatos e órgãos de classe | 00 | 01 | 00 | 01 | 00 | 02 |
| Associação | 00 | 00 | 07 | 00 | 07 | 14 |
| Assistência Social | 00 | 00 | 00 | 00 | 01 | 01 |
| Desenvolvimento social, econômico e moradia | 00 | 00 | 00 | 00 | 01 | 01 |
| Intermediários, Filantrópicos e Promotores do voluntariado | 01 | 00 | 01 | 00 | 01 | 03 |
| Total | 01 | 03 | 12 | 01 | 12 | 29 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Em meio às instituições pesquisadas, destacam-se aqui as Associações, que nesta questão, diferentemente, dos demais cruzamentos de dados, houve uma divisão de opinião, entre as opções neutro e a concordo fortemente. Das 14 associações, 07 afirmaram ser neutro para as mesmas tomar decisões com base nos Demonstrativos Contábeis, mas este instrumento fornece informações importantes para a obtenção do controle financeiro. Já 50% destas, concordaram fortemente com tal questão. Este mesmo quesito também dividiu a opinião das entidades religiosas, pois 02 instituições discordam com tal questão, outras 02 afirmaram ser neutro quanto à utilização de tais demonstrativos para tal finalidade, enquanto que o restante das mesmas, ou seja, 02 concordaram fortemente com a questão apresentada.

Logo, dentre as 06 modalidades de entidades do Terceiro Setor que participaram da pesquisa, 04 destas assinalaram na alternativa neutra, enquanto cinco tipos destas entidades concordaram fortemente com tal quesito, dividindo, portanto a opinião entre os dirigentes das várias modalidades situadas no supracitado município, a respeito deste questionamento.

Outra questão apresentada na tabela 14, trás um levantamento a respeito da importância do acompanhamento das receitas e despesas para controlar o recurso de Caixa, como segue:

Tabela – 14 Faço o registro das informações considerando o acompanhamento das receitas e despesas para controlar os recursos de Caixa.

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|---------------------|------------|-------|-------------------------|
| Discordo fortemente | 01 | 3,4 | 3,4 |
| Discordo | 02 | 6,9 | 10,3 |
| Neutro | 01 | 3,4 | 13,8 |
| Concordo | 01 | 3,4 | 17,2 |
| Concordo fortemente | 24 | 82,8 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Com base nos dados expostos nesta tabela, pode-se então observar que a maioria dos dirigentes das entidades do Terceiro Setor deste município assinalou a opção, na qual concorda fortemente, que fazem o registro das informações, considerando o acompanhamento das receitas e despesas para controlar os recursos de Caixa, o que corresponde a 82,8% do total dos questionários colhidos. Isto revela a percepção que estes têm quanto à importância de registrar as informações, para que lhes dêem subsídio na tomada de decisão, havendo o acompanhamento das receitas e despesas, torna-se mais fácil controlar os recursos de Caixa.

Assim como nas tabelas anteriores, nesta, a seguir, também se faz uma correlação destas informações com o tipo de entidade atuantes neste município, como segue:

Tabela 15 – A sua organização está envolvida principalmente com: Faço o registro das informações considerando o acompanhamento das receitas e despesas para controlar os recursos de Caixa.

| | Discordo Fortemente | Discordo | Neutro | Concordo | Concordo Fortemente | Total |
|---|---------------------|----------|--------|----------|---------------------|-------|
| Não respondeu | 00 | 00 | 01 | 00 | 01 | 02 |
| Organização religiosa | 01 | 01 | 00 | 01 | 03 | 06 |
| Sindicatos e órgãos de classe | 00 | 00 | 00 | 00 | 02 | 02 |
| Associação | 00 | 01 | 00 | 00 | 13 | 14 |
| Assistência Social | 00 | 00 | 00 | 00 | 01 | 01 |
| Desenvolvimento social, econômico e moradia | 00 | 00 | 00 | 00 | 01 | 01 |
| Intermediários, | 00 | 00 | 00 | 00 | 03 | 03 |

| | | | | | | |
|--|----|----|----|----|----|----|
| Filantrópicos e Promotores do voluntariado | | | | | | |
| Total | 01 | 02 | 01 | 01 | 24 | 29 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Enfatiza-se nesta tabela, que houve um mesclado de opinião, dentre as entidades religiosas, pois desde, a opção discordo fortemente, até a opção concordo fortemente, foram assinaladas.

Ressalta-se, portanto, que a última opção, concordo fortemente, houve 03 dentre as 06 que responderam dentro desta opção. Os demais dirigentes das instituições do Terceiro Setor que participaram desta pesquisa, em sua maioria concordam fortemente que fazem o registro das informações, considerando o acompanhamento das receitas e despesas para controlar os recursos de Caixa. Cabe frisar que dentre, as 14 associações, 13 concordaram fortemente com tal questionamento. Ressalta-se mais uma vez, que todos os responsáveis por tais instituições marcaram na quinta opção, deste questionamento, ou seja, na alternativa concordo fortemente.

A tabela 16 apresenta a última questão relacionada ao controle financeiro, à mesma expõe um quesito relacionado a decisões sobre o Caixa, com base na Contabilidade. Tal questionamento é apresentado a seguir:

Tabela – 16 Com base na contabilidade projeto minhas decisões sobre o Caixa.

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|---------------------|------------|-------|-------------------------|
| Discordo | 04 | 13,8 | 13,8 |
| Neutro | 06 | 20,7 | 34,5 |
| Concordo | 02 | 6,9 | 41,4 |
| Concordo fortemente | 17 | 58,6 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Desta forma, pode-se perceber que apesar da maioria ter assinalado, a opção concordo fortemente, na qual se destaca uma porcentagem de 58,6% do total dos questionários. Já 34,5% destes, estão distribuídos entre a opção discordo e neutro, o que revela que, um número considerável de entidades não utiliza as informações fornecidas pela Contabilidade para projetar suas decisões sobre o Caixa.

Ao voltarmos à análise inicial, e somarmos as opções concordo e concordo fortemente, chega-se a uma porcentagem de 65,5% de entidades sem fins lucrativos deste município que concordam em se basearem nas informações oferecidas por esta Ciência (Contabilidade) para então projetarem suas decisões sobre o Caixa. Percebe-se desta forma que apesar de nem todas as instituições se utilizarem dos dados fornecidos pela Contabilidade, uma quantidade superior, ou seja, 65,5% a utilizam para fornecer subsídio em suas decisões relacionadas ao Caixa destas entidades.

Ainda se tratando sobre questões, sobre o controle financeiro, fizemos a última correlação com os dados da tabela acima, e as respostas obtidas conforme o tipo de entidade, como demonstrado abaixo:

Tabela 17 – A sua organização está envolvida principalmente com: Faça o registro das informações considerando o acompanhamento das receitas e despesas para controlar os recursos de Caixa.

| | Discordo | Neutro | Concordo | Concordo Fortemente | Total |
|--|----------|--------|----------|---------------------|-------|
| Não respondeu | 00 | 01 | 00 | 01 | 02 |
| Organização religiosa | 01 | 02 | 01 | 02 | 06 |
| Sindicatos e órgãos de classe | 01 | 00 | 01 | 00 | 02 |
| Associação | 01 | 02 | 00 | 11 | 14 |
| Assistência Social | 00 | 00 | 00 | 01 | 01 |
| Desenvolvimento social, econômico e moradia | 00 | 01 | 00 | 00 | 01 |
| Intermediários, Filantrópicos e Promotores do voluntariado | 01 | 00 | 00 | 02 | 03 |
| Total | 04 | 06 | 02 | 17 | 29 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

É perceptível, que 04 entre os 06 tipos de instituições religiosas que participaram desta pesquisa, discordam que fazem o registro das informações, considerando o acompanhamento das receitas e despesas para controlar os recursos de Caixa. Porém dezessete 17 destas, incluindo todas as modalidades aqui evidenciadas, com exceção apenas dos sindicatos, concordaram fortemente com esta alternativa. Entende-se, desta forma, que nesta situação a maior parte dos variados tipos de entidades, assinalaram esta questão, diferindo-se apenas, a categoria de sindicatos e órgãos de classe.

Analisou-se também, sobre o tipo de ferramenta que estas instituições utilizam para fazer o controle financeiro, como exposto na tabela abaixo:

Tabela – 18 Atualmente você utiliza alguma ferramenta para fazer o controle financeiro da sua empresa?

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|--|------------|-------|-------------------------|
| Não utiliza nenhuma ferramenta | 01 | 3,4 | 3,4 |
| Utilizo apenas papel e caneta | 21 | 72,4 | 75,9 |
| Utilizo planilhas eletrônicas como o Excel | 07 | 24,1 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Nota-se através dos dados fornecidos, que grande parte destas instituições utiliza apenas, papel e caneta, para fazerem o controle financeiro de tais entidades. Como exposto na tabela 18, 72,4% do total das instituições em questão, utilizam este tipo de ferramenta manual para manterem o controle financeiro, o que corresponde a 3/4 da amostra analisada. Já as que utilizam planilhas eletrônicas como as do Programa Microsoft Excel, correspondem a 24,1% do total das respostas colhidas, ou seja, menos de um quarto destas entidades utiliza este tipo de recurso, para fazer o controle de tais instituições.

Constatou-se, portanto, que a forma de se obter tal controle ainda é realizada de maneira bem informal, sendo esta realizada de forma simples e elementar pela maioria das instituições em análise.

Propomos verificar ainda, quanto ao registro das informações, quais são registradas, como apresentamos na tabela a seguir:

Tabela – 19 Quanto ao registro das informações, você registra:

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|--|------------|-------|-------------------------|
| Todas as receitas e despesas são registradas | 26 | 89,7 | 89,7 |
| Não há registro de receitas e despesas | 03 | 10,3 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Através dos dados expostos na respectiva tabela, pode-se verificar que a maioria dos responsáveis por tais instituições afirmaram, que todas as receitas e despesas são registradas, equivalendo então a 89,7% do total da amostra, ou seja, dentre os 29 respondentes, 26

afirmaram registrar todas as receitas e despesas. Desta forma, apenas 03 não realizam o registro das receitas e despesas.

Basicamente foi demonstrada nesta tabela, a resposta ao problema proposto na pesquisa, o qual procurou investigar, se as entidades do Terceiro Setor do município de Monteiro - Paraíba registram através da contabilidade seus fatos. Portanto este quesito responde parcialmente o problema, o mesmo é complementado pela última pergunta do questionário, a qual é apresentada na tabela 20:

Tabela – 20 Como você faz o seu controle financeiro?

| | Frequência | % | Porcentagem Acumulativa |
|---------------------------------------|------------|-------|-------------------------|
| Não respondeu | 01 | 3,4 | 3,4 |
| Livro Caixa | 21 | 72,4 | 75,9 |
| Controle entre as receitas e despesas | 04 | 13,8 | 89,7 |
| Sistemas | 02 | 6,9 | 96,6 |
| Não há controle | 01 | 3,4 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | |

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Destaca-se, portanto através da tabela 20, que 21 dentre os 29 respondentes realizam o controle financeiro de tais entidades através do Livro Caixa, ou seja, 72,4% destas entidades utilizam o Livro Caixa como instrumento para o controle financeiro. Cabe fazer uma ressalva que esta questão foi apresentada no questionário como um questionamento aberto, na qual tais dirigentes responderam, espontaneamente, a forma real de tal realização deste controle.

Desta forma, foram evidenciadas na tabela 20, as respostas que apresentaram maior frequência, destaca-se, portanto a utilização do Livro Caixa como o instrumento mais utilizado. Tal Livro Caixa, como já mencionado no referencial teórico deste trabalho, é um livro de escrituração chamado de livro auxiliar, no qual é lançada toda a movimentação financeira.

Observa-se, então, que não houve nenhuma instituição que se referiu ao Demonstrativo do Fluxo de Caixa, como instrumento utilizado para se obter o controle financeiro destas entidades. Ao retomarmos o referencial teórico desta pesquisa, especificamente Iudícibus e Marion (2008, p. 221), a Demonstração do Fluxo de Caixa vem proporcionar uma melhor elaboração de um planejamento financeiro mais eficaz, mantendo o montante necessário para cobrir compromissos imediatos, subsídio de informações

relacionadas à necessidade de obter empréstimos na insuficiência de fundos, bem como o momento certo de aplicação do excesso de fundos no mercado.

Portanto, a resposta ao segundo objetivo de pesquisa deste trabalho, está evidenciada através desta tabela, na qual demonstra que o controle financeiro das entidades do Terceiro Setor do município de Monteiro - Paraíba é realizado através da utilização do Livro Caixa, sendo este um livro auxiliar da escrituração contábil. Ao passo, que estas informações também respondem ao terceiro objetivo da pesquisa, a saber: compreender como é utilizado o controle para informação.

Fundamentalmente no decorrer das análises dos resultados, do presente trabalho, pôde-se observar que os responsáveis por estas instituições utilizam um método básico para obter as informações a respeito do controle financeiro. As informações para o processo de decisão nestas instituições são fornecidas basicamente pelo controle do Livro Caixa, observando suas receitas e despesas e, portanto através destes resultados, se chegar à informação de déficit ou superávit.

Ao se fazer um paralelo com a tabela - número 12, exposta anteriormente, percebe-se que apenas 41,4% destas entidades utilizam os subsídios fornecidos pelos demonstrativos contábeis para obter informações que venham auxiliar na tomada de decisão destas instituições. Ao passo que 58,6% destas, ainda não o utilizam para lhes dar suporte para obtenção do controle financeiro, prevalecendo então, um instrumento mais simples, e utilizado pela própria tesouraria, para a obtenção de tal controle.

CONCLUSÕES

Após a realização deste estudo, constatou-se que as entidades do Terceiro Setor do município de Monteiro - Paraíba registram através da contabilidade seus fatos na perspectiva do controle financeiro, pois 89,7 % destas realizam a escrituração contábil. Apenas 44,8% utilizam a escrituração contábil apenas para prestar contas. Observou-se também que 41,4 % das mesmas tomam decisões com base nos demonstrativos contábeis para a obtenção do controle financeiro, ou seja, o número de entidades que utilizam os demonstrativos contábeis para colher as informações, para então tomar suas decisões não chega nem a 50%.

Alcançou, portanto aos objetivos específicos propostos pelo respectivo estudo, no qual se verificou que há escrituração contábil, através da Contabilidade. Constatou-se ainda que o controle financeiro de tais instituições é obtido através do Livro Caixa, o qual é utilizado pela maioria das entidades.

Observou-se também que em nenhum momento foi citado a utilização do Demonstrativo do Fluxo de Caixa, sendo este um eficaz instrumento para o controle financeiro de toda e qualquer instituição.

Ao passo que, também se obteve a resposta ao terceiro objetivo proposto por este estudo, compreender como é utilizado o controle para a informação. Para tanto, observou-se, que os responsáveis por estas instituições se utilizam de um método simples para lhes subsidiar quanto às informações necessárias na tomada de decisão de tais entidades.

Através das análises dos dados desta pesquisa, observou-se que o Livro Caixa é quem reúne as informações que estes dirigentes, das supracitadas entidades, observam na hora de tomar suas decisões, uma vez que este (Livro Caixa) demonstra se houve superávit ou déficit em determinado mês. Por sua vez, a manutenção deste controle, ainda que de forma mais resumida, lhes dão subsídio quanto às decisões a serem tomadas envolvendo as finanças de tais entidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. *Terceiro setor: história e gestão de organizações*. São Paulo: Summus, 2006.

BEUREN, Ilse Maria et al (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos: teoria e prática*. ed. 3. São Paulo: Atlas, 2012.

BRAGA, Hugo Rocha. *Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação*. ed. 5. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Constituição de 1946. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao46.htm#art31vb> Acesso em: 26 de jun. 2013.

_____. Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999. *Dispõe sobre Tributação das Pessoas Jurídicas*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/L2Parte1.htm>>. Acesso em 14 de Jul. 2013.

_____. Emenda Constitucional n° 18, de 1965. *Dispõe sobre o sistema tributário nacional e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-18-1-dezembro-1965-363966-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 14 de Jul. 2013.

_____. Instrução Normativa SRF n° 247, de 21 de novembro de 2002. *Dispõe sobre a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado em geral*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2002/in2472002.htm>> Acesso em 26 de Jun. 2013.

_____. Lei n° 5.172, de 25 de Outubro de 1966. *Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/codtributnaci/ctn.htm>> Acesso em 26 de Jun. 2013.

_____. Lei N° 9.532, de 10 de Dezembro de 1997. *Introduz alterações na legislação tributária federal e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19532.htm> Acesso em 13 de Jul. 2013.

_____. Lei N° 9.718, de 27 de Novembro de 1998. *Introduz alterações na legislação tributária federal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19532.htm> Acesso em 13 de Jul. 2013.

_____. Lei N° 10.406, de 10 De Janeiro de 2002. Institui sobre o novo Código Civil. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm> Acesso em 25 de Fev. 2014.

CABRAL, Heloísa Helena de Souza. *Terceiro Setor: gestão e Controle Social*. São Paulo: Método, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA). Disponível em: <<http://www2.cfa.org.br/agencia-de-noticias/cfanews/qual-a-importancia-do-controle-financeiro-para-as-empresas/?searchterm=None>> Acesso em 30 de Jun. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Disponível em <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/terceiro_setor.pdf> Acesso em 12 de Fev. 2014.

DRUCKER, Peter. *Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos: Princípios e Práticas*. São Paulo: Pioneira, 1994.

ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS - Normas Contábeis editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <http://www.rcontabilidadesc.com.br/ver_artigos.php?cod-15> Acesso em 29 de Jun. 2013.

FRANCO, Hilário. *Contabilidade Geral*. ed. 23. São Paulo: Atlas, 2006.

ESTUDOS & PESQUISAS. Informação Econômica. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010*, n.20. 2012. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf> Acesso em 16 de Fev. 2014.

GERÊNCIA DE ESTUDOS SETORIAIS (GESET). *Terceiro Setor e o Desenvolvimento Social*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>> Acesso em: 25 de Jun. 2013.

GASPARIN. Gabriela; CAVALLINI. Marta. Histórico de Carreira: Mercado quer profissional acima dos 40 com experiência, dizem especialistas. *G1. Globo.com*, São Paulo, mar. 2010. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Concursos_Empregos/0,,MUL1530388-9654,00-MERCADO+QUER+PROFISSIONAL+ACIMA+DOS+COM+EXPERIENCIA+DIZEM+ESPECIALISTAS.html> Acesso em 23 de Fev. 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. ed. 6. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. *Princípios de Administração Financeira*. ed. 10. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

HIRASHIMA, & Associados. *Guia para pesquisas de práticas contábeis: incluindo aspectos tributários relevantes*. São Paulo: Atlas, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010*. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun-250970&idtema-101&search-paraiba|monteiro|fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil-2010->>> Acesso em 08 de Fev. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla-pb&tema-fasfil2010>> Acesso em 12 de Fev. 2014.

IUDÍCIBBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação*. ed. 4. São Paulo: Atlas, 2008.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa. *Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas trabalhistas*. ed. 2. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LIRA, Waleska Silveira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; ARAÚJO, Geraldo Maciel et al. *Processo de decisão do uso da informação*. Ciência da informação. Belo Horizonte, MG., v.12, n.2, p.64-80, maio/. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a05.pdf>> Acesso em 01 de Jul. 2013.

MAGNUS, Cristina de Oliveira. *Controle interno financeiro em uma entidade sem fins lucrativos*. 2007. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis293891>> Acesso em 20 de Ago. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. ed. 5ª. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. ed 13. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTIS, Gilberto de Andrade. DONAIRE, Denis. *Princípios de Estatística*. ed. 4. São Paulo: Atlas, 2006.

NBC T - 10.19 - *Entidades sem Finalidade de Lucros*. Resolução CFC 1.142/2008 de 21 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1019.htm>> Acesso em 29 de Jun. 2013.

NBC T 2000 - *Escrituração Contábil*. Resolução CFC 1330/11 de 18 de março de 2011. Disponível em <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1330.htm> Acesso em 19 de Fev.2014.

OLAK, Paulo Arnaldo; SLOMSKI, Valmor; ALVES, Cássia Vanessa Olak. *As publicações acadêmicas da pesquisa contábil do Brasil, no âmbito das organizações do terceiro setor*. Brasília. v. 2, n. 1, p. 24- 26, jan./abr. 2008. Disponível em <<http://repec.org.br/index.php/repec/article/view/20/22>> Acesso em 21 de Ago. 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade Básica*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SÁ, Antônio Lopes de. *Teoria da Contabilidade*. ed 4. São Paulo: Atlas, 2006.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. *Entidades sem fins lucrativos: Imunidade e isenção tributária*. ed 4. Curitiba: Juruá, 2008.

ZANLUCA, Júlio César. *Obrigações Tributárias das Entidades do Terceiro Setor*. Disponível em< <http://www.normaslegais.com.br/cont/1contabil031006.htm>> Acesso em 29 de Jun. 2013.

APÊNDICE - A
(QUESTIONÁRIO)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATA
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Este questionário é parte de uma pesquisa aplicada ao Curso de Ciências Contábeis da UEPB Campus VI, Monteiro/PB, onde o objetivo é investigar se as entidades do terceiro setor do município citado acima registram através da contabilidade seus fatos na perspectiva do controle financeiro, a fim de contribuir de forma a demonstrar o quanto tal ferramenta pode ser útil na administração da entidade. Não será necessária a identificação, solicito apenas que as repostas sejam assinaladas de acordo com a situação vivenciada pelo responsável da organização.

Agradeço antecipadamente e me disponho a enviar caso queira, os resultados da pesquisa.

Grazielli Santos Vasconcelos

Graduanda em Ciências Contábeis pela UEPB

QUESTIONÁRIO

1. Qual a sua faixa de idade?

- () Até 25 anos () Entre 36 e 40 anos
 () Entre 26 e 30 anos () Superior a 40 anos
 () Entre 31 e 35 anos

2. Qual o seu nível de escolaridade?

- () Ensino Fundamental () Graduação
 () Ensino Médio () Pós Graduação
 () Curso Técnico

3. Há quanto tempo trabalha na organização?

- () 0 a 5 anos () 20 a 30 anos
 () 5 a 10 anos () mais de 30anos
 () 10 a 20 anos

4. Que cargo você exerce na organização?

R/

5. A sua Organização está envolvida principalmente com (escolha apenas a alternativa que melhor define a entidade em que atua):

- () Cultura e recreação
 () Educação e pesquisa
 () Saúde
 () Assistência social
 () Meio ambiente
 () Desenvolvimento social, econômico e moradia
 () Serviços legais, defesa de direitos civis e organizações políticas

- () Intermediários Filantrópicos e Promotores do voluntariado
 () Atividades Internacionais
 () Religião
 () Sindicatos e órgãos de classe
 () Não classificados em Outros Grupos

6. Existe escrituração contábil na organização?

- () sim
 () não

7. No caso da resposta acima ter sido afirmativa, você utiliza a escrituração contábil para:

- () Prestar contas
 () Tomar decisões
 () Apenas formalidade legal
 () Controle financeiro

ATÉ QUE PONTO VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA USANDO AS APROXIMAÇÕES SEGUINTE, QUANTO IMPORTÂNCIA DO REGISTRO E ESCRITURAÇÃO CONTÁBEL NA PERSPECTIVA DO CONTROLE FINANCEIRO.

FAÇA A SEGUINTE RELAÇÃO:

CONCORDO FORTEMENTE - 5
 CONCORDO - 4
 NEUTRO - 3
 DISCORDO - 2
 DISCORDO FORTEMENTE - 1

8 – QUESTÕES RELACIONADAS AO CONTROLE FINANCEIRO:

| | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 |
|--|---|---|---|---|---|
| A realização do controle financeiro é importante para a instituição. | | | | | |
| Uso a escrituração contábil para auxiliar positivamente na obtenção do controle financeiro. | | | | | |
| Tomo decisões com base nos demonstrativos contábeis por fornecem informações importantes para a obtenção do controle financeiro. | | | | | |
| Faço o registro das informações considerando o acompanhamento das receitas e despesas para controlar os recursos de Caixa. | | | | | |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | |
| Com base na Contabilidade projeto minhas decisões sobre o Caixa. | | | | | |

9 - Atualmente você utiliza alguma ferramenta para fazer o controle financeiro da sua empresa?

- Não utilizo nenhuma ferramenta
- Utilizo apenas papel e caneta
- Utilizo planilhas eletrônicas como o Excel
- Utilizo software específico de gestão financeira instalado no meu computador
- Utilizo software específico de gestão financeira pela internet (web)

10 - Quanto ao registro das informações, você registra:

- Todas as receitas e despesas são registradas;
- Somente as receitas são registradas;
- Somente as despesas são registradas;
- Algumas receitas e algumas despesas são registradas;
- Não há registro de receitas e despesas.

11 - Como você faz o seu controle financeiro?

R/